



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

**Carlos Henrique Nascimento Oliveira**

**A ADESÃO DO GOVERNO MUNICIPAL DE ILHÉUS À AGRICULTURA FAMILIAR**

GOIÂNIA

2018

**CARLOS HENRIQUE NASCIMENTO OLIVEIRA**

**A ADESÃO DO GOVERNO MUNICIPAL DE ILHÉUS À  
AGRICULTURA FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Linha de Pesquisa: Economia e Desenvolvimento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa.

GOIÂNIA

2018

O48a Oliveira, Carlos Henrique N.

A adesão do governo municipal de Ilhéus à agricultura familiar.  
[manuscrito] : Carlos Henrique N. Oliveira.--2014.  
94 f.; il.; 30 cm

Texto em português com resumo em inglês.

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás,  
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento  
e Planejamento Territorial, Goiânia, 2018  
Inclui referências, f. 81-86

1.Agricultura familiar - Desenvolvimento - Bahia.

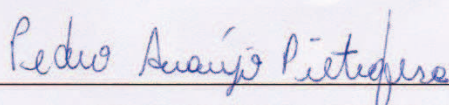
2. Agricultura familiar - Políticas públicas. I.Pietrafesa, Pedro  
Araújo. II.Pontifícia  
Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 631.115.11(043)

**Carlos Henrique Nascimento Oliveira**

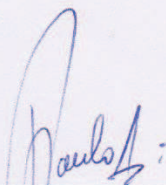
**A ADESÃO DO GOVERNO MUNICIPAL DE ILHÉUS À AGRICULTURA  
FAMILIAR**

Dissertação defendida no Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como parte das exigências para obtenção do título de mestre. Aprovada em 13/08/2018 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



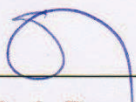
---

**Dr. Pedro Araújo Pietrafesa**  
Orientador – PUC Goiás



---

**Dr. José Paulo Pietrafesa**  
Examinador externo - UFG



---

**Dr. Sérgio Duarte de Castro**  
Examinador interno - PUC Goiás

## DEDICATÓRIA

À minha mãe/avó, Maria José (*in memoriam*), que mesmo diante das adversidades da vida, me mostrou, desde minha tenra idade, com muita sabedoria, que a educação era o caminho a ser percorrido.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de iniciar agradecendo ao Banco do Brasil, por me conceder, durante dois anos, a bolsa de estudo, sem a qual não conseguiria cursar este Mestrado. Agradeço a essa instituição por me possibilitar uma jornada de trabalho flexível, que me permitiu participar das aulas e realizar as pesquisas. Neste sentido, não posso deixar de agradecer aos meus colegas de trabalho, à minha equipe da Agência Praça Matriz, em Goiás; em especial, ao meu gestor à época, Humberto Maximiano, pelo incentivo e apoio em todos os momentos.

Aos agricultores familiares, em Ilhéus, pela disposição e pela contribuição dada para que eu pudesse realizar este trabalho. Da mesma forma, agradeço à CEPLAC – Escritório de Ilhéus –, à Prefeitura Municipal de Ilhéus, à COOPESSBA, à COOFASULBA e às associações de agricultores, por acreditarem e contribuírem para levarmos adiante esta pesquisa.

Ao meu orientador, professor Pedro Pietrafesa, pela paciência e pela contribuição em minha formação e meu amadurecimento acadêmico. Deixo registrado aqui um agradecimento especial ao prof. Antônio Pasqualetto, pelo apoio e pela confiança. Da mesma forma, agradeço aos professores Margot Riemann, Ary Moisés e Rubson Marques, pela inspiração e orientação, e ao professor e amigo Valter Nascimento, da UESC, que há muito nos orienta e instrui.

Agradeço à minha família; minha esposa Daniele Matheus, meus filhos Renata, Gabriel e Júlia, por compreenderem, desde o início, que o Mestrado exigiria de nós um esforço conjunto.

Por fim, agradeço a Deus, que me concedeu, nestes dois anos, saúde e disposição para superar os momentos de cansaço e angústia e seguir firme em meu propósito.

## RESUMO

A partir da decadência da economia cacauífera, no final dos anos 1980, a agricultura familiar entrou na agenda pública em Ilhéus e passou a receber incentivos para o seu desenvolvimento. A execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), por cooperativas e pelo poder municipal, a partir do ano de 2006, apontam para o rompimento com a tradição coronelista e para o surgimento de novas relações sociais no município. A dominação política imposta pelos coronéis de cacau à sociedade ilheense, em mais de século de apogeu econômico da cacauicultura, gerou um ambiente de grande agitação social, marcado por ferrenhas disputas políticas. Passados mais de três décadas do enfraquecimento político e econômico desses latifundiários, essas marcas ainda continuam presente no município. A execução dos programas foi feita num contexto de divisões e intrigas políticas, sendo que os agricultores passaram a ser filiados em associações e cooperativas que vivem em disputas por espaços de poder em Ilhéus. Por outro lado, dependendo da gestão municipal, determinado grupo de agricultores e sua cooperativa terão primazia nos programas executados. Percebe-se que essa situação dificulta a organização e o desenvolvimento desses agricultores, que continuam, em sua maioria, sem apoio e enfraquecidos economicamente. Com base nesse quadro, objetivou-se investigar os motivos que levaram o governo municipal a fazer a implementação simultânea do PAA, do PNAE e do ATER. Assim sendo, acredita-se que não estando superados os conflitos e as contradições que marcam essa sociedade, os benefícios dessa ação política podem favorecer grupos políticos que buscam a perpetuação no poder local. Para a consecução do objetivo proposto, a coleta de dados foi realizada por meio de fontes primárias e secundárias: foram feitas entrevistas com secretários municipais, presidentes de cooperativas, agricultores, entre outros; além disso, foram feitas pesquisas na internet e em fontes bibliográficas. Os dados coletados dizem respeito ao processo de execução dos programas no município, aos benefícios, aos favorecidos, à representação e à estrutura dos agricultores. Conforme se apurou, a execução dos programas pelo poder municipal buscou, entre outras coisas, dividir o protagonismo político junto aos agricultores familiares em razão do surgimento de lideranças rurais no campo adversário. Ao invés de promover a articulação e a organização da categoria, ações políticas implementadas deram origem a divisões e disputas entre os segmentos rurais do município.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar, Desenvolvimento, Políticas Públicas, Sociedade.

## ABSTRACT

From the decay of the cocoa economy in the late 1980s, family agriculture entered the public agenda in Ilhéus and started to receive incentives for its development. The implementation of the Food Acquisition Program (PAA), the National School Feeding Program (PNAE) and the Technical Assistance and Rural Extension Program (ATER) by cooperatives and municipal authorities from 2006 onwards point to the disruption with the colonelist tradition and for the emergence of new social relations in the municipality. The political domination imposed by cocoa colonels on Ilhean society, in more than a century of economic cacao farming, has generated an atmosphere of great social unrest, marked by fierce political disputes. After more than three decades of the political and economic weakening of these landowners these brands still present in Ilhéus. The programs were implemented in a context of political divisions and intrigues, and farmers are affiliated with associations and cooperatives that live in disputes over power in the municipality. On the other hand, depending on who the municipal manager is a certain group of farmers and their cooperative will have primacy in the programs implemented. It has been found that this situation makes it difficult to organize and develop these farmers who remain largely unsupported and economically weakened. Based on this framework, the objective was to investigate the reasons that led the municipal government to carry out the simultaneous implementation of the PAA, the PNAE and the ATER. Thus, it is believed that, not being overcome the conflicts and contradictions that mark this society, the benefits of this political action may be favoring political groups that seek to perpetuate themselves in local power. Data were collected through primary and secondary sources: interviews with municipal secretaries, presidents of cooperatives, farmers, among others; In addition, research was done on the internet and in bibliographic sources. The data collected concern the process of implementing the programs in the municipality, the benefits, the favored ones, the representation and the structure of the farmers. As it turned out, the execution of the program by the municipal power sought among other things to share the political protagonism with the family farmers due to the emergence of rural leaders in the adversary field. Instead of promoting the articulation and organization of the category, the way in which the political actions took place there were divisions and disputes between the rural segments of the municipality.

**Keywords:** Family Farming, Public Policy, Development, Society.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Estados brasileiros produtores de cacau.....	de 46
Figura 2	– Imagem aérea da CEPLAC.....	da 52
Figura 3	– Localização do município Ilhéus.....	de 63

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Evolução da execução financeira do PAA: recursos aplicados no período 2003 a 2010, por região do país pelo executor Conab (Modalidades CD, FE e CDS).....	39
Gráfico 2	– As intervenções do Estado na cacauicultura durante o século XX e a elevação da produção de cacau no período.....	50
Gráfico 3	– Produção anual (T) de amêndoas de cacau no município de Ilhéus, no estado da Bahia e no Brasil, no período de 1975 a 2014....	57
Gráfico 4	– Tamanho das propriedades rurais no município de Ilhéus (ha).....	68

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Área dos estabelecimentos rurais, segundo estrato de área Brasil (1985/2006).....	26
Tabela 2	– Volume de recursos do PRONAF aplicados à agricultura familiar no município de Ilhéus e no estado da Bahia de 2009 a 2018.....	35
Tabela 3	– Área cultivada com cacau em 1985, no Brasil, na Bahia, no Sul da Bahia e na Microrregião Ilhéus-Itabuna (em hectares e percentagem da área cultivada total).....	56
Tabela 4	– Indicadores e resultados do Programa PROCACAU (1976 a 1985).....	56
Tabela 5	– População dos municípios da Microrregião Ilhéus-Itabuna – Censo dos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010.....	64
Tabela 6	– Distribuição da população urbana e rural nos municípios de Ilhéus, Itabuna e Porto Seguro nos Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010.....	64
Tabela 7	– Renda per capita por domicílio no município de Ilhéus no ano de 2010.....	65
Tabela 8	– População acima de cinco anos, por nível de escolaridade da Microrregião Ilhéus-Itabuna.....	65
Tabela 9	– População acima de cinco anos, por nível de escolaridade, do Município de Ilhéus.....	66
Tabela 10	– Percentual de pessoas com renda familiar per capita inferior a 50% do salário mínimo, de 1º de setembro de 1991.....	66
Tabela 11	– PIB, por setores, do município de Ilhéus dos anos de 1980, 1991, 1996, 2010 e 2013.....	67
Tabela 12	– Quantidade de estabelecimentos agropecuários no município de Ilhéus no ano de 2006 distribuída por atividade.....	69
Tabela 13	– Quantidade produzida (em toneladas) das lavouras permanentes no município de Ilhéus entre os anos de 1990 e 2014.....	69
Tabela 14	– Produção da lavoura temporária no município de Ilhéus entre os anos de 1990 e 2014.....	70
Tabela 15	– Quantidade de produtos comercializados no município de Ilhéus entre anos de 2014 e 2016 no PAA.....	72
Tabela 16	– Valores licitados para o PNAE no município de Ilhéus entre os anos de 2014 e 2018.....	75

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	- Assistência Técnica e Extensão Rural
BAHIATER	- Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	- Banco do Brasil
BNB	- Banco do Nordeste do Brasil
CAI	- Complexo Agroindustrial
CENEX	- Centro de Extensão
CEPEC	- Centro de Pesquisa do Cacau
CEPLAC	- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CMDRPS	- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro Sustentável
COMDERUPES	- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro Sustentável
CONAB	- Companhia Nacional de Abastecimento
CONDECORI	- Conselho do Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Ilhéus
COOFASULBA	- Cooperativa de Agricultura Familiar do Sul da Bahia
COOPESSBA	- Cooperativa de Serviços Sustentáveis da Bahia
DAP	- Declaração de Aptidão ao PRONAF
EBDA	- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMARC	- Escola Média de Agropecuária da Região Cacaueira
FNDE	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB	- Instituto do Cacau da Bahia
INPC	- Conselho Nacional de Produtores de Cacau
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social
ONGs	- Organização não Governamental
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos

PIB	- Produto Interno Bruto
PMI	- Prefeitura Municipal de Ilhéus
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF	- Secretaria de Agricultura Familiar
SEAD	- Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
SEAGRI	- Secretaria de Agricultura de Ilhéus
SECOM	- Secretaria Municipal de Comunicação Social da Prefeitura de Ilhéus
SEDUC	- Secretaria de Educação
SEPLAN-BA	- Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
UESC	- Universidade Estadual de Santa Cruz

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
...	4
<b>CAPÍTULO 1 – A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: CONTEXTO</b>	<b>E 1</b>
<b>POSSIBILIDADES.....</b>	<b>9</b>
<b>1.1 A questão agrária no Brasil.....</b>	<b>1</b> <b>9</b>
<b>1.2 O agronegócio no Brasil.....</b>	<b>2</b> <b>3</b>
<b>1.3 Os desafios políticos e econômicos para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil.....</b>	<b>2</b> <b>8</b>
<i>1.3.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Crédito rural e subsídio agrícola.....</i>	<i>3</i> <i>2</i>
<i>1.3.2 A adesão do município de Ilhéus ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....</i>	<i>3</i> <i>8</i>
<i>1.3.3 A condução do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Ilhéus: O enfoque político.....</i>	<i>4</i> <i>0</i>
<i>1.3.4 Assistência Técnica e Extensão Rural: o programa ATER.....</i>	<i>4</i> <i>1</i>
<b>CAPÍTULO 2 – PODER E DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO DE ILHÉUS: O CONTEXTO DE ADESÃO DO GOVERNO MUNICIPAL À AGRICULTURA FAMILIAR.....</b>	<b>4</b>
...	4
<b>2.1 A formação econômica do Sul da Bahia.....</b>	<b>4</b> <b>5</b>
<b>2.2 A consolidação da cacauicultura e o crescimento econômico do Sul da Bahia.....</b>	<b>4</b> <b>8</b>
...	8
2.2.1 A criação do ICB.....	5 0
2.2.2 A redenção da cacauicultura no sul da Bahia: a criação da comissão executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.....	5 2
<b>2.3 A constituição social e política da região de Ilhéus.....</b>	<b>5</b> <b>7</b>

2.4 O contexto da crise do cacau nos anos 1990.....	5 9
<b>CAPÍTULO 3 – A EXECUÇÃO DO PAA, DO PNAE E DO PROGRAMA ATER NO CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE ILHÉUS.....</b>	6 2
3.1 Caracterização socioeconômica do município de Ilhéus.....	6 2
3.2 Execução do PAA, do PNAE e do programa ATER no município de Ilhéus entre os anos de 2006 e 2017.....	7 0
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	7 9
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	8 1
...	
<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AO PRODUTOR RURAL.....</b>	8 7
<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AO PODER PÚBLICO.....</b>	9 3
<b>APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS REPRESENTANTES DE ASSOCIAÇÕES COOPERATIVAS.....</b>	E 9 4

## INTRODUÇÃO

Entre meados do século XIX e final do século XX, duas formas de agricultura coexistiram no município de Ilhéus, no estado da Bahia: uma delas, a monocultura cacaueteira, símbolo de privilégios e bonança; e a outra, uma diversificada produção agropecuária, marcada pela falta de oportunidades e pela pobreza.

No entanto, a decadência da lavoura cacaueteira, no final dos anos 1980, provocou a conjunção dessas duas formas de agricultura, colocando-as em um mesmo patamar socioeconômico, o que levou o município de Ilhéus a uma situação econômica caótica.

A partir de então, paralelo aos investimentos para o reerguimento da lavoura cacaueteira, os agricultores familiares, responsáveis por essa produção agropecuária, passaram a dispor de políticas públicas para o desenvolvimento de suas atividades. Assim, entre os anos de 2006 e 2017, foram executados, por cooperativas de produtores e pelo Governo Municipal, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Para a consecução do objetivo do presente estudo, cumpre investigar as condições da implementação desses programas. Institucionalmente, a cacauicultura monopolizou as ações governamentais, e a sociedade viveu sob o jugo político dos coronéis do cacau.

O coronel tornou-se sinônimo de chefe político. Segundo Amado (1999), coronel era um título que superava todos os demais, pois ele detinha o poder econômico e político na região cacaueteira e, como tal, tinha o reconhecimento de superioridade e autoridade, situação que perdurou até os anos 1980.

A prosperidade e a riqueza advindas da cacauicultura contrastam, contudo, com o quadro geral da sociedade ilheense. A estrutura social do município, por exemplo, era composta, de forma significativa, por milhares de trabalhadores rurais, que viviam em precárias condições de vida.

À medida que o crescimento econômico agigantava-se, ficava perceptível a brutal diferença na distribuição de renda promovida por meio dessa atividade. Conforme Sauer (1985 apud ASMAR, 1987), há uma histórica concentração de riqueza e poder, além da mentalidade colonialista dessas elites, culpadas pela evasão da renda regional.



Ainda de acordo com Sauer (1985 apud ASMAR, 1987), a contradição básica residia entre o valor substancial das rendas geradas pelo cacau e os poucos benefícios regionais em termos de indicadores de desenvolvimento social, como infraestrutura básica em educação, saúde, habitação, comunicação e outras necessidades da população.

Se, de um lado, a elitização econômica e política não leva à preocupação com as diferentes categorias de pessoas de baixa renda, de outro, os desafortunados do cacau não fazem valer seus reais interesses, sem força de representação, desintegrados, mal instalados, desorganizados (ASMAR, 1985).

Neste sentido, entende-se que a implementação de políticas públicas na agricultura familiar é um importante passo em direção à recondução da economia ilheense ao patamar perdido. Contudo, sua consecução se dará somente após transpostas às condições historicamente construídas nas relações sociais no município, em paralelo ao surgimento de novas relações de poder e desenvolvimento, razão por qual se propõe estudar tal ação.

Sendo assim, alguns questionamentos foram elaborados, a fim de direcionar este estudo, a saber: o que motivou o governo municipal de Ilhéus a executar simultaneamente esses programas? Pode-se afirmar que a agricultura familiar constitui-se numa agenda do município? O que implica a afirmação: a adesão do governo municipal de Ilhéus à agricultura familiar? O que se levou em consideração?

Conforme verificado, no plano político a execução dos programas no município ocorreu sob acirrada disputa entre grupos políticos. Essas disputas, empreendidas unicamente na perspectiva de ampliação do poder político, envolveram o governo municipal, cooperativas de agricultores e lideranças municipais.

Nesse contexto emerge a necessidade de desenvolver economicamente o pequeno agricultor do município. Contudo, o que se observa é a desarticulação e a falta de diálogo entre o poder público e os demais segmentos envolvidos com a agricultura familiar em Ilhéus.

Conserva-se nas relações sociais no município a mesma práxis política evidenciada no coronelismo, cuja consequência prática é o benefício da ação governamental a determinados grupos de aliados, em detrimento, quase sempre, da sociedade de um modo geral.

Desse modo, tomando em consideração os aspectos históricos que permearam as relações sociais no município de Ilhéus, objetiva-se investigar a execução do PAA,

do PNAE e do programa ATER, com vistas a identificar o motivo que levou o Governo Municipal a aderir aos programas de agricultura familiar.

Para isso, propõe-se contextualizar a agricultura familiar na atual estrutura agrária brasileira e caracterizar os programas executados no município; apresentar a cacauicultura enquanto matriz econômica e como incubadora para a configuração da sociedade ilheense; discutir as condições socioeconômicas do município; e apresentar a execução dos referidos programas.

Dada a influência política que os cacauicultores ainda exercem sobre a administração municipal, trabalhou-se com a hipótese de que a adesão do governo aos programas de agricultura familiar foi motivada para garantir lucro aos produtores de cacau. Mesmo descapitalizados, os cacauicultores, em alguns casos, são donos da terra onde o agricultor familiar produz em regime de parceria, arrendamento ou cessão.

Da mesma forma, considera-se que, com o enfraquecimento econômico e político dos coronéis do cacau, o agricultor familiar, apesar das dificuldades, viu-se livre para se organizar, fato que justifica o aparecimento, nos últimos anos, de diversas cooperativas e associações de agricultura familiar. Ademais, a crise do cacau propiciou condições para mudanças nas relações políticas entre as instituições e a sociedade.

Em virtude da complexidade do tema no contexto histórico da formação do estado brasileiro, buscou-se levantar dados por meio de diversos métodos de pesquisa, a fim de melhor observar e compreender o fenômeno em estudo.

A esse respeito, Lavelle e Dionne (1999) afirmou que o método são regras precisas e fáceis, por meio de observações exatas, das quais se terá certeza de não tomar um erro por uma verdade, e sem desperdiçar inutilmente as forças de sua mente, mas ampliando seu saber por meio de um contínuo progresso, chegando ao conhecimento verdadeiro daquilo que se pesquisa.

No presente estudo, a coleta dos dados primários ocorreu por meio de pesquisa de campo. Procurou-se investigar a estrutura da categoria e do município, a organização dos processos, a dinâmica das ações, a representação e os resultados alcançados na visão das partes envolvidas. Essa coleta ocorreu mediante entrevistas com lideranças municipais, secretários de governo, funcionários públicos municipais, presidentes de associações e cooperativas e com as famílias de agricultores familiares.

Para a realização das entrevistas foram utilizados três tipos de questionários, elaborados de acordo com o segmento representado pelo entrevistado: setor público, entidades e agricultores, conforme Apêndice.

Utilizou-se um roteiro de entrevista não diretiva. Apesar de as perguntas terem sido elaboradas previamente, optou-se por deixar o entrevistado explicar suas opiniões. Após as primeiras entrevistas esse método demonstrou ser mais produtivo. Para Severino (2007, p. 125), nessa técnica “o entrevistador mantém-se em escuta atenta, registrando todas as informações, intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente”. Em sua avaliação, o entrevistador, de preferência, deve praticar um diálogo descontraído, deixando o informante à vontade para expressar, sem constrangimentos, suas representações.

Sendo cada segmento responsável por determinada atribuição no processo de execução das políticas públicas, objetivou-se aferir as especificidades de cada um deles por meio de perguntas voltadas ao seu campo de atuação. Desse modo, buscou-se verificar o processo de execução dos programas no município: quem eram os mais beneficiados, a forma de pagamento/repasse e se os agricultores recebiam suporte técnico.

Complementarmente, realizou-se a coleta de dados secundários por meio de revisão bibliográfica, tendo como fonte livros, teses e artigos publicados. As obras foram selecionadas em função da temática, do contexto histórico do município, das relações sociais e em conformidade com os objetivos e com a hipótese apresentada.

Pontua-se que, no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram coletados dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, para levantamento de indicadores socioeconômicos do município, tais como: renda, população, grau de escolaridade. Foram coletados também dados do Censo Agropecuário de 2006, cujas informações versam sobre a produção agropecuária, tamanho das propriedades no município, perfil dos agricultores, entre outros.

Além disso, foram levantadas informações no site da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) sobre a cacauicultura. No site da Prefeitura Municipal de Ilhéus (PMI), foram pesquisados dados sobre a história e a administração do município e sobre os editais de licitação dos programas executados.

Ademais, informações foram obtidas nos sites do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD)

sobre agricultura brasileira, questão agrária, bem como políticas públicas executadas no município de Ilhéus.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No Capítulo 1, discute-se a estrutura agrária do país e o desenvolvimento da agricultura familiar. Além disso, são apresentados o PAA, o PNAE e o programa ATER.

No Capítulo 2, são apresentados a evolução da lavoura de cacau no Brasil, o seu apogeu e declínio na Mesorregião do Sul Baiano, a importância da cacauicultura para a Região Cacaueira e para o município de Ilhéus e sua influência na sociedade regional.

No Capítulo 3, são apresentadas as entrevistas com as pessoas envolvidas com a problemática. Ademais, é realizada a discussão sobre os aspectos relativos à execução dos programas e à situação geral da atividade no município.

## **CAPÍTULO 1 – A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: CONTEXTO E POSSIBILIDADES**

### **1.1 A questão agrária no Brasil**

Para Furtado (1995), a modernização da agricultura brasileira passa fundamentalmente pela democratização das formas de acesso à propriedade da terra e pela quebra dos privilégios historicamente concedidos aos produtores latifundiários. Ainda segundo o autor, no Brasil, “o controle da propriedade da terra pela classe dirigente se constituiu num instrumento poderoso que permitiu a uma burguesia rural conservar o monopólio do poder” (D’AGUIAR, 2013, p. 305).

O modelo de produção agrícola baseado na empresa agromercantil desenvolveu-se com a utilização de grandes extensões de terra, o que exigiu dos produtores capacidade financeira para o empreendimento. Em torno desse modelo foram desenvolvidos os sistemas de cultivo de cana-de-açúcar, café, cacau.

D’Aguiar (2013) refere-se à constituição da estrutura rural no Brasil do seguinte modo:

A empresa agromercantil surge apoiada no trabalho escravo e durante três séculos e meio permanecerá ligada a essa instituição. Assim, ao lado dela, a escravidão se configura como um segundo traço marcante no processo de formação da economia rural brasileira. (D’AGUIAR, 2013, p. 312)

De acordo com Graziano da Silva (1983, p. 22), a propriedade fundiária consiste no elemento fundamental que separa os trabalhadores dos meios de produção na agricultura brasileira. Em suas palavras: “É exatamente por ser a terra um meio de produção relativamente não reprodutível, complicado de ser multiplicado pelas tecnologias capitalistas, que a forma de sua apropriação histórica ganha uma importância fundamental” (GRAZIANO DA SILVA, 1983, p. 21).

A institucionalização desse modelo significou um elevado custo social ao país, evidenciado na gigantesca concentração de renda e riqueza e na elevada desigualdade social entre a população. Ademais, ainda hoje, o meio rural brasileiro é marcado por conflitos e disputas pela posse da terra.

Verifica-se que as políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro não deram conta de promover alterações nessa estrutura; pelo contrário, sua participação

parece ter contribuído para o agravamento das condições da estrutura agrária nacional. Nesse sentido, Graziano da Silva (1983) chama a atenção para dois fatos distintos ocorridos no Brasil no século XIX:

No início do século XIX, a extinção do regime de sesmarias, aliada à ausência de outra legislação regulando a posse das terras devolutas, provoca uma rápida expansão dos sítios desses pequenos produtores. Em meados desse mesmo século começa a declinar o regime escravocrata. (GRAZIANO DA SILVA, 1983, p. 25)

O referido autor considera sintomático que, no mesmo período, tenha sido criada uma nova legislação definindo o acesso à propriedade: a Lei de Terras. Essa Lei rezava que todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra e venda, e que o governo destinaria os rendimentos obtidos nessas transações para financiar a vinda de colonos da Europa.

Segundo Graziano da Silva (1983, p. 25), mediante essa Lei, restringia-se, de um lado, o acesso às terras (devolutas ou não) apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las; de outro, criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista.

Graziano da Silva (1983, p. 25) resume essa ação:

É fácil entender a importância da Lei de Terras de 1850 para a constituição do mercado de trabalho. Enquanto a mão-de-obra era escrava, o latifúndio podia até conviver com terras de 'acesso relativamente livre' (entre aspas porque a propriedade dos escravos e de outros meios de produção apareceria como condição necessária para alguém usufruir a posse dessas terras). Mas quando a mão-de-obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer, se houvesse homem 'livre' com terra 'livre', ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios.

Ao estabelecer que a única forma para a aquisição de terras no Brasil seria por meio da compra, essa Lei garantiu, formalmente, à burguesia agrária brasileira, além do controle de acesso a terra, o domínio dos meios de produção, já que a população escravizada não teria recursos para adquiri-las.

Com o passar dos anos, a consequência dessa ação governamental foi a permanência, sob outras formas, do trabalho escravo ou semiescravo, da exploração do trabalhador, da grande massa de assalariados na zona rural, do desemprego e do êxodo rural.

Com um sistema de produção baseado no latifúndio e na exploração do trabalho escravo, o modelo de desenvolvimento agrícola imposto pelo Estado aprofundou a desigualdade social e o empobrecimento da maioria da população rural.

A expansão da grande empresa capitalista no campo provocou as transformações no meio rural. Nesse contexto Graziano da Silva (1983) chama a atenção para o aumento das contradições evidenciadas no processo de produção agropecuária nas décadas de 1960 e 1970, com impactos negativos nos níveis de renda e emprego.

A crise agrária já estava desde o início dos anos sessenta ligada a uma liberação excessiva de população rural. Eram milhares de pequenos camponeses que, expulsos do campo, não conseguiam encontrar trabalho produtivo nas cidades. Daí os crescentes índices de migrações, de subemprego, para não falar na mendicância, prostituição e criminalidade das metrópoles brasileiras. (GRAZIANO DA SILVA, 1983, p. 12)

Amado (1999), ao se referir à lavoura cacaeira, por exemplo, critica o sistema de dominação montado naquele espaço, caracterizado pelo desequilíbrio nas relações sociais, pelo poder político de coronéis autoritários, pela constituição de feudos e pela exploração.

Costa e Soares (2016) afirmam que, no século XIX, a formação da atividade cacaeira no Sul da Bahia deu-se mediante disputas e sangrentos conflitos entre latifundiários pela posse de terras ainda devolutas, e que a lavoura de cacau desenvolveu-se com base na exploração do trabalhador rural.

Conforme será demonstrado no Capítulo 2, a ocupação das terras no Sul da Bahia ocorreu com o incentivo do Estado, que tinha interesse na formação da lavoura cacaeira. Em tal intento, as formas de perpetuação de privilégios aos capitalistas latifundiários foram repetidas.

No século XX, as mudanças políticas, principalmente na década de 1930, bem como os efeitos da crise econômica mundial, que culminou na substituição das importações brasileiras, tiveram efeito na estrutura de produção do Brasil. Contudo, Melo (2011) alerta para os efeitos deste processo no campo: “Somente o setor industrial foi sacudido pela mudança, permanecendo o agro brasileiro calcado nas mesmas formas de exploração da produção” (MELO, 2011, p. 63).

Observa-se que as transformações ocorridas na estrutura agrária brasileira intensificaram-se na medida em que avançou a influência das relações capitalistas no

campo. Tal situação ocasionou a expansão de áreas cultiváveis no Brasil, com a eliminação de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural reproduzia a sua existência.

Graziano da Silva (1983, p. 12) chama a atenção para este processo: “Foi essa mesma expansão que transformou o colono em boia-fria, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e que concentrou ainda mais a propriedade da terra”.

À medida que avançava a incorporação dos bens de capital ao sistema agrícola brasileiro, a estrutura social no campo, as técnicas e práticas de produção alteravam-se drasticamente.

Assim, a agricultura converteu-se em condição necessária da acumulação de parcela da indústria de bens de capital (cerca de 1/3 do valor da produção industrial de 1970) e, complementarmente, a agricultura passou a depender não apenas do crescimento à jusante, das exportações e outros setores mais, mas também da indústria de bens de capital. (MULLER, 1982, p. 49)

Segundo Muller (1982), a modernização da agricultura brasileira é caracterizada por uma “interdependência” entre o setor industrial e agrícola. Para o autor, essa nova configuração determinou uma nova estrutura e dinâmica na agricultura, na medida em que o interesse anteriormente concentrado em torno de capital agromercantil passou a se concentrar no capital industrial e financeiro, principalmente.

Sendo assim, na visão de Muller (1982), esse novo processo, amplamente difundido como moderno e restrito a poucos estabelecimentos, que envolve novas técnicas e novos modos de produção agrícola no Brasil, implicou, também, mudanças na estrutura social.

Com efeito, pode-se sustentar que houve uma significativa expansão da burguesia e da pequena burguesia industrializadas no meio rural do país. [...] Pode-se sustentar, ademais, que simultaneamente à diminuição dos trabalhadores ‘autônomos’ (pequenos arrendatários e parceiros), ocorreu um aumento do número de trabalhadores assalariados, notadamente dos sem-terra, e um aumento ainda maior dos ‘trabalhadores a domicílio’, isto é, daquela enorme massa de gente que, conquanto proprietária territorial, não passa de trabalhadores agrícolas para a indústria e o comércio. (MULLER, 1982, p. 49)

É com base nessa conjuntura, característica da estrutura agrária do país, que se fez a análise da implementação de políticas públicas na agricultura familiar em Ilhéus. Para tanto, buscou-se contextualizar as fases de desenvolvimento da



agricultura no município. Tal fase coincide com o período de ascensão e queda da lavoura cacaueteira.

A cacauicultura desenvolveu-se com base na lógica da economia de mercado. Por ser uma *commodity*, está sujeita às leis de procura e oferta; com isso, susceptível aos efeitos do mercado global.

Sendo assim, inseriu-se a discussão sobre o modelo de produção conhecido popularmente como agronegócio, visto que a lavoura cacaueteira, elemento importante deste estudo, desenvolveu-se com base em seu receituário.

## 1.2 O agronegócio no Brasil

Mesmo não sendo objeto de análise deste estudo, uma breve discussão sobre o agronegócio mostrou-se necessária, devido a esse modelo servir de referência para a elaboração de políticas agrícolas no Brasil. Assim sendo, buscou-se apresentar algumas das premissas que norteiam esse sistema de produção.

Em torno do agronegócio, concentram-se os esforços de poderosas instituições políticas e econômicas, a exemplo de Governo Federal, instituições financeiras, complexos agroindustriais, empresários e centros de pesquisas. O interesse por esse modelo consubstanciou-se devido aos expressivos resultados econômicos alcançados por esse setor agrícola.

A hegemonia do agronegócio, verificada em mais de quatro décadas de atividade, põe em questão a viabilidade econômica da agricultura familiar, que fica a mercê do grupo político presente na esfera federal, que pode lhe dar maior ou nenhuma importância socioeconômica.

Isso pode ser verificado por meio das ações do atual governo, que modificou a estrutura deixada pelo governo anterior, quando transformou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em uma Secretaria vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

De 2001 e 2014, o MDA cuidou da elaboração e implementação de políticas para o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar, numa tentativa de consolidar o modelo enquanto alternativa socioeconômica. Entretanto, a partir do ano de 2015, na proposta do novo governo, muda-se a concepção e o significado dado à agricultura familiar, que passou a perder importância econômica e espaço nas ações do governo federal.

Pode-se observar, por exemplo, no lançamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no município de Ilhéus, quem para o ano de 2018, o valor destinado a cada agricultor familiar diminuiu de R\$ 6.500,00 para R\$ 3.000,00. Devido à diminuição na disponibilidade de recursos, o governo municipal teve que reduzir a quantidade de agricultores atendidos pelo programa. Em anos anteriores chegou-se a atender até 600 agricultores em Ilhéus; em 2018, somente 200 agricultores foram beneficiados.

Diante de um cenário político desafiador para a manutenção de avanços na agricultura familiar, que põem em questão a sua estrutura, pode-se suspeitar da eficácia da ação do governo municipal em Ilhéus, que executou políticas públicas nesse segmento.

Considerando esse contexto apresenta-se a seguir algumas premissas que definem o modelo de produção agrícola conhecido como agronegócio. Em primeiro lugar, pretende-se conhecer suas características e, de certa forma, contrapô-las com os elementos que definem o sistema de produção familiar, visando, com isso, obter uma melhor compreensão acerca desses dois processos socioeconômicos. Em segundo lugar, objetiva-se apresentar as premissas que norteiam o desenvolvimento da cacauicultura no município de Ilhéus, como: a busca pela produtividade, a incorporação de processos industriais a atividade, o financiamento público e privado da atividade e a disponibilidade de políticas públicas.

Diferentemente do modelo agromercantil, em que o aumento da produção ocorria basicamente devido à incorporação de novas áreas de plantio, no agronegócio o ganho produtivo ocorre, principalmente, devido à incorporação de modernas tecnologias ao processo produtivo. Dessa forma, a principal característica desse modelo consiste em sua capacidade de incorporar aos processos produtivos tecnologias das indústrias metal-mecânica, química e cibernética, e a sua integração, em cadeia mundial, pela articulação com os capitais financeiro, comercial, industrial e agrícola.

Na visão de Martine (1991), foi o desenvolvimento da agricultura empresarial, amparado nessa estrutura tecnológica, o responsável pela modernização do campo no Brasil. Para Barros (apud PALERMO, 2017), o agronegócio é o único setor relevante da economia brasileira, sendo seu centro de modelo de negócios baseado no aumento da produtividade. A própria exposição significativa à concorrência

internacional contribuiu com esse modelo, interligando ainda mais a agropecuária, a agroindústria, a pesquisa e os outros serviços relacionados com a agricultura.

De acordo com José Garcia Gasques, coordenador geral de Estudos e Análises do MAPA, nos últimos anos, enquanto a economia de modo geral se enfraqueceu, o setor de agronegócio continuou em crescimento (BRASIL, 2018c). Neste contexto, destacam-se as safras de grãos e um conjunto de produtos agrícolas que impulsionam o crescimento, tais como: algodão, arroz, cana-de-açúcar, laranja, mandioca, milho, soja e uva; e, na pecuária, destacam-se os suínos e o leite (BRASIL, 2018c).

Segundo Rebeca de La Rocque Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, o grande impulsionador do PIB de 2017 foi o agronegócio, que avançou 13%, impulsionado pela safra recorde (PORTAL G1, 2018). “Em tese, o crescimento seria de 0,3% (sem o agronegócio). Mas temos que lembrar que a agropecuária tem influência em todos os outros setores” (PORTAL G1, 2018, s. p.), relata a coordenadora.

Se, por um lado, os ganhos econômicos conquistados com o agronegócio são comemorados por diversos setores econômicos, por outro, devido ao aprofundamento da concentração da terra, esse setor encontra forte resistência de parte da sociedade.

Na concepção de Martine (1991), há certa exacerbação no otimismo quanto aos resultados obtidos no agronegócio e, também, quanto ao grau de modernização da agricultura, situação que leva essa autora a tecer algumas considerações acerca do CAI brasileiro:

A ênfase dada à maturidade e à abrangência desse processo pode levar o leitor desavisado a concluir que o Brasil encontra-se num estágio avançado de desenvolvimento da sua atividade agropecuária, tendo as formas modernas e autossustentadas de produção penetrado homoganeamente em todas as regiões e setores, com capacidade para competir de igual para igual no mercado internacional e gerar uma prosperidade generalizada para a sociedade brasileira. (MARTINE, 1991, p. 14)

Para superar as contradições evidenciadas nesse modelo, Martine (1991) apontou a necessidade de incluir à análise desse fenômeno a dimensão política e as implicações sociais, além das dimensões largamente utilizadas, como modernização, tamanho das propriedades, produtividade, eficiência etc. Assim, a autora chama a atenção para o papel do Estado na modernização agrícola, a fim daquele apoiar e incentivar um modelo de desenvolvimento compatível com as suas funções econômicas, sociais e políticas.

É perceptível o salto produtivo que o Brasil teve na produção agropecuária, motivado pelo alto rendimento dos insumos e pelo aumento da produtividade no campo. Contudo, quando se volta para as questões sociais e se observa as condições de vida da maioria da população rural, tende-se a se adotar certo ceticismo quanto a essa modernização. Defende-se aqui que essa modernização não foi capaz de fazer mudanças na estrutura agrária, condição necessária ao desenvolvimento agrícola do país.

Com base nos resultados dos Censos Agropecuários dos últimos vinte anos, é possível constatar que a questão da concentração de terras, principal característica da estrutura agrária brasileira, não sofre alteração.

De acordo com dados divulgados pelo IBGE (BRASIL, 2009, s. p.)<sup>1</sup>:

[...] na comparação entre 1985, 1995 e 2006, as propriedades com menos de 10 hectares ocupavam, apenas, 2,7% (7,8 milhões de hectares) da área total dos estabelecimentos rurais, enquanto os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares concentravam mais de 43% (146,6 milhões de hectares) da área total.

Tabela 1 – Área dos estabelecimentos rurais, segundo estrato de área Brasil (1985/2006)

Estrato de área	Área dos estabelecimentos rurais (ha)		
	1985	1995	2006
<b>Total</b>	<b>374 924 421</b>	<b>353 611 246</b>	<b>329 941 393</b>
Menos de 10 ha	9 986 637	7 882 194	7 798 607
De 10 ha a menos de 100 ha	69 565 161	62 693 585	62 893 091
De 100 ha a menos de 1 000 ha	131 432 667	123 541 517	112 696 478
1 000 ha e mais	163 940 667	159 493 949	146 553 218

Fonte: IBGE (BRASIL, 2009).

Para Muller (1982), a despeito da evidente prosperidade da produção agrícola no Brasil, esse novo estágio em que se encontra a agricultura não eliminou a necessidade de resolver históricos problemas que envolvem a questão agrária. Pelo contrário, “o que distingue a atual colocação das questões agrárias do modo como elas se punham anteriormente é a industrialização do campo e a emergência de novas classes sociais” (MULLER, 1982, p. 53).

Acerca da industrialização, nos anos 1980 o Brasil se apresentou como um atrativo mercado para a comercialização de máquinas e equipamentos agrícolas,

<sup>1</sup> Ainda não dispomos dos resultados do Censo 2017, que serão divulgados pelo IBGE no decorrer do mês de julho/2018.

sementes, fertilizantes e diversos tipos de venenos para o combate às pragas e doenças da lavoura.

Para a consolidação desse mercado, o Estado teve um importante papel, que foi o de garantir o financiamento desses produtos. Dessa forma, por intermédio da utilização de recursos do tesouro nacional, o governo brasileiro liberou crédito aos produtores rurais. Após três décadas, verifica-se quão promissor esse mercado se tornou para o capital internacional, que domina esse setor no Brasil.

A comercialização de sementes dos principais grãos cultivados no país, como soja, milho, sorgo, entre outros, constitui-se em exemplo de poder das poucas empresas multinacionais no controle do mercado brasileiro de alimentos, situação que, na visão de Carvalho (2003, p. 106), pode ser resumida da seguinte forma:

Está-se vivendo em todo o mundo um processo de privatização do material genético. [...] Ela se deu de maneira gradual e crescente pelo abandono intencional do papel das instituições governamentais na assistência técnica aos pequenos agricultores e aos povos indígenas e na geração científica e tecnológica de interesse público.

Observa-se o alto grau de vulnerabilidade a que estão expostos os produtores rurais que não dispõem de muitas opções para adquirir os principais insumos para a lavoura. Desse modo, são obrigados, indiretamente, a adquirirem sementes, adubos e agrotóxicos de empresas multinacionais que operam no mercado brasileiro. No exemplo da soja, a cada ciclo, que tem duração média de seis meses, em razão da esterilidade das sementes geneticamente modificadas, o produtor é levado a adquirir crédito.

Muitos produtores apontam a inevitabilidade de doenças nas mudas ou sementes adquiridas no mercado, sendo que, segundo eles, o tipo de veneno aplicado deve corresponder obrigatoriamente à marca da semente, o que leva o produtor novamente à mesma empresa onde o insumo foi adquirido.

A análise das questões pontuadas nesta seção permite concluir que a modernização da agricultura no Brasil ocorreu sem a contrapartida da melhoria das condições de vida da população. O modelo baseado na monocultura e no latifúndio tem na concentração de terra e no privilégio às elites agrícolas, a sua maior sustentação.

Não se pode desconsiderar, contudo, que houve significativos avanços produtivos com reflexos positivos nas finanças públicas. Porém, essa modernização

se deu pela continuidade e, mesmo, pela intensificação da exclusão e do empobrecimento do homem do campo.

A consolidação do modelo de produção do agronegócio no Brasil provocou inclusive a ressignificação dos conceitos “campo” e “rural”, devido aos novos modelos de arranjos produtivos desenvolvidos nesses espaços. Soma-se ao crescimento do regime monocultor e à ampliação dos latifúndios a maciça integralização dos processos industriais e financeiros às práticas agrícolas. Com isso, esses espaços, outrora de convivência e reprodução, são alocados para a ampliação de modelos produtivos altamente especializados, dotados de processos inovadores e tecnologias modernas.

À medida que o agronegócio avança sobre uma região, concentrando terras e recursos, tende-se a ocorrer uma intensa migração das famílias oriundas da zona rural para as cidades, visto que as lavouras, atualmente, não absorvem em quantidade suficiente mão de obra em seus processos produtivos.

Na região de Ilhéus, o governo municipal executou políticas públicas federais que visavam gerar renda ao agricultor familiar, em um contexto cuja cacauicultura ainda é a principal atividade agrícola. Portanto, essa medida precisa ser melhor compreendida.

Dessa forma, a fim de subsidiar as discussões e análises sobre a execução desses programas no município de Ilhéus, apresenta-se no próximo item as políticas públicas (PRONAF, PAA, PNAE e ATER), com o objetivo de conhecer as suas características.

### **1.3 Os desafios políticos e econômicos para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil**

A agricultura familiar consiste num modelo de produção determinado fundamentalmente pela relação que se estabelece entre a unidade familiar e a terra no tocante ao desenvolvimento de algum tipo de atividade econômica na zona rural.

Nesse modelo, a terra incorpora variadas funções: é o local aonde é gerada a renda familiar; o local de moradia e por meio do qual as unidades familiares adquirem condições de sobrevivência e reprodução social.

De acordo com a Lei n.º 11.326/2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área

de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares. São aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos, sendo que a metade deles encontra-se na Região Nordeste.

De acordo com o estudo, a agricultura familiar constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, responde por 35% do produto interno bruto nacional e absorve 40% da população economicamente ativa do país.

Mesmo sendo a principal fonte de receita da maioria dos municípios brasileiros, a agricultura familiar é alvo da descrença de economistas e agentes públicos que não acreditam no potencial desse modelo. Entretanto, para a SEAD (2016), entretanto, “a agricultura familiar tem importância econômica vinculada ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros”.

A SEAD faz referência ao Censo agropecuário 2006 para justificar a importância da agricultura familiar para a economia dos municípios, conforme a seguir:

A agricultura familiar produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. (SEAD, 2016, s. p.)

No Brasil, de uma forma geral, os incentivos voltados para o desenvolvimento da agricultura familiar não foram suficientes para retirar este setor de sua condição secundária em termos econômicos.

Como explica Sampaio (2012, p. 21), é possível encontrar quem associe a agricultura familiar ao atraso, alegando: “Constitui um resíduo, um setor em extinção, sem relevância para o progresso econômico e social”.

Por meio da observação dos diferentes estágios de desenvolvimento da agricultura familiar entre as regiões brasileiras, é possível verificar que muito ainda pode ser feito para a exploração do potencial produtivo desse segmento.

As condições reunidas em torno dos pequenos produtores rurais do Sul do país, como educação de qualidade, cultura cooperativista, organização da cadeia de produção e investimento em tecnologia, possibilitou a muitas famílias de agricultores, mesmo em pequenas unidades de terra, o aumento da produtividade e melhores condições de vida no campo. A estrutura da agricultura familiar na Região Sul evidencia que não se sustenta sob qualquer aspecto o julgamento que se faz, a priori, dando conta da inevitável inviabilidade econômica dessa atividade.

Com base nas características em que se deu a modernização da agricultura brasileira e em virtude das limitações técnicas, do baixo volume de produção, da pulverização de pequenas unidades, pode-se afirmar que o modelo de agricultura familiar não se tornou atrativo ao grande capital financeiro.

Abramovay (2012, p. 29) apontou a contradição que acontece entre os debates em torno da agricultura familiar no Brasil e a sua prática nos países desenvolvidos, e afirma: “É fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constitui a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas”.

Em sua análise, Abramovay (2012) evidenciou a capacidade dos pequenos produtores agrícolas dos países centrais para se ajustar à economia globalizada. O autor destaca que isso somente é possível devido à “natureza empresarial” da atividade, ancorada no uso da tecnologia e no apreço à técnica.

Ao discorrer sobre a densidade conceitual da categoria “agricultura familiar”, Wanderley (2014) fez a distinção entre “agricultores familiares” e “pequenos produtores”, afirmando que aqueles possuem maior capacidade de se adequarem às exigências do mercado do que estes, que não possuem a mesma capacidade.

Destacam-se, nas considerações de Wanderley (2014), dois aspectos importantes para o entendimento da realidade agrícola brasileira. Primeiro, a autora considera o agricultor familiar um ator social importante na agricultura moderna; segundo, a atuação desse ator resulta decisivamente da própria atuação do Estado.

Abramovay (2012) corrobora essas proposições, ao destacar o papel do Estado no desenvolvimento da agricultura familiar nos países centrais:

O peso do Estado na consolidação da agricultura familiar como a base social do dinamismo do setor é fundamental: interferências nas estruturas agrárias, na política de preços, determinação estrita da renda agrícola e até do processo de inovação técnica formam o cotidiano dos milhões de agricultores que vivem numa estrutura atomizada onde, entretanto, o Estado tem



influência maior que em qualquer outro campo da vida econômica. (ABRAMOVAY, 2012, p. 32)

A inexistência de uma política de Estado unificadora e abrangente no Brasil, que dissipe os entraves ao pleno desenvolvimento das forças produtivas, como a superação dos efeitos da seca no Nordeste, dificulta o desenvolvimento e a pacificação no meio rural do país. Como consequência, assiste-se a uma explosão de problemas sociais no meio urbano, a exemplo do desemprego, o aumento da violência, a favelização, a concentração populacional nas grandes cidades em decorrência do êxodo rural, entre outros.

De acordo com Aquino e Schneider (2015), a agricultura familiar nunca teve a devida atenção do Estado Brasileiro. Razão pela qual, segundo os autores, somente nos anos 1990 foram implementadas as primeiras políticas públicas de abrangência nacional para o financiamento desse produtor.

Neste sentido, Schneider, Cazella e Mattei (2004) fizeram referência ao lançamento do PRONAF:

O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004, p. 21)

Segundo Abramovay e Veiga (1999), a inclusão da agricultura familiar na agenda do Estado ocorreu com certo atraso, quando se verifica que nos países centrais tal fato se deu ainda no século XVII. Apesar disso, considerando o contexto histórico da colonização do Brasil, o PRONAF foi uma grande conquista.

A seguir serão apresentadas as principais políticas públicas disponíveis para a aplicação na agricultura familiar. Essas políticas foram implementadas no município de Ilhéus, interior da Bahia, entre os anos de 2013 e 2017. A execução dessas políticas pelo Governo Municipal foi objeto de estudo deste trabalho.

Na agricultura familiar, as duas principais diretrizes que basearam as políticas públicas dizem respeito à oferta de crédito, conhecido como fomento, e ao amparo à comercialização dos produtos, do qual constam o PAA e o PNAE. Sendo assim, acrescenta-se à discussão o Pronaf, política fundamental às atividades da agricultura familiar.

### *1.3.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Crédito rural e subsídio agrícola*

Apesar de o PRONAF não ser o foco deste estudo, a sua apresentação tornou-se necessária devido a sua importância histórica e o seu papel no desenvolvimento da agricultura familiar. Porém, em face das discussões e abordagens em torno do tema, em mais de duas décadas de sua criação, a apresentação se concentrará nos aspectos que caracterizam o programa, nas ideias principais e no objetivo.

O que se busca demonstrar é que o PRONAF consiste, efetivamente, em uma importante política agrícola, e que, por meio de sua introdução, outros programas foram criados complementarmente, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Segundo Grisa (2012), a criação do PRONAF, em 1995, teve o duplo efeito de marcar o reconhecimento do Estado à categoria social “agricultura familiar” e tornar legítima a reivindicação dessa categoria por políticas diferenciadas de desenvolvimento rural. Essa autora referiu-se à necessidade de as políticas contemplarem as especificidades desse modelo de produção.

Em alusão a essa temática, Delgado (2001, p. 27) afirma que:

As políticas diferenciadas de desenvolvimento rural representam, em princípio, tentativas de integração da política agrícola e da política agrária, procurando levar em conta as especificidades dos segmentos empobrecidos e não integrados do campesinato e a necessidade de desenhar políticas que atendam às suas particularidades.

Mesmo reconhecendo o mérito das ações governamentais anteriores, foi a partir do PRONAF que os agricultores familiares, anteriormente denominados “pequenos agricultores tornaram-se definitivamente público das políticas públicas brasileiras” (GRISA, 2012, p. 20).

Schneider, Cazella e Mattei (2004, p. 23) asseveram que:

O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo.

Segundo Aquino e Schneider (2015), desde que foi criado o PRONAF consolidou-se como a mais importante ação governamental de amparo aos pequenos agricultores no meio rural brasileiro.

Em consonância com a sua importância e o seu reconhecimento, o programa atende, atualmente, a agricultores de todos os municípios brasileiros. A sua evolução ocorreu tanto em termos de espaço quanto na quantidade de recursos disponibilizados.

Em 2007/2008, foram atendidos 5.379 municípios, o que representou um crescimento de 58% em relação a 1999/2000, com a inserção de 1.976 municípios, atualmente o programa atende a todos os municípios no Brasil. Em outro sentido, no ano agrícola de 2003/2004, houve o primeiro grande incremento no montante, com um crescimento de 65% em relação a 1999/2000, sendo ofertados R\$ 5,4 bilhões aos agricultores e com uma execução de 83% do valor disponibilizado. No atual Plano Safra 2018/2019 foi disponibilizado a agricultura familiar o montante de R\$ 31 bilhões, R\$ 1 bilhão a mais que o Plano anterior. (SEAD, 2018, s. p.)

Para o atendimento da necessidade de crédito dos agricultores familiares, o governo disponibiliza variadas linhas de crédito, cujo objetivo é o fortalecimento da estrutura de produção desses produtores. Conforme consta no site do SEAD (2018, s. p.):

A família deve procurar o sindicato rural ou a Emater para obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Em seguida o agricultor deve procurar a empresa de ATER do município para elaborar o Projeto Técnico de Financiamento, de posse do projeto dirige-se a instituição financeira.

O crédito pode ser destinado para o custeio da safra, para atividade agroindustrial, seja para investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura, cabendo a cada agricultor um teto por ano de R\$ 360 mil (SEAD, 2018).

No Quadro 1, são apresentadas as linhas de crédito à disposição do agricultor familiar:

Quadro 1 – Linhas de crédito do PRONAF

PRONAF Custeio	Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf.
PRONAF Mais Alimentos - Investimento	Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

PRONAF Agroindústria	Linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.
PRONAF Agroecologia	Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento
PRONAF Eco	Linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.
PRONAF Floresta	Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.
PRONAF Semiárido	Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semi-árido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.
PRONAF Mulher	Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.
PRONAF Jovem	Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.
PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.
PRONAF Cota-Parte	Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.
Microcrédito Rural	Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.

Fonte: (MDA, 2018).

Aquino e Schneider (2015) destacam a necessidade da relação entre o Poder Público e os agricultores familiares para a melhor utilização do crédito do PRONAF:

Sem sombra de dúvidas, existem evidências de que a concentração das aplicações do crédito rural no Brasil se dá onde há agricultores familiares mais capitalizados, mais organizados e com maior apoio do Estado como, por exemplo, pela ação mais eficiente da assistência técnica e extensão rural pública na elaboração dos projetos e no acompanhamento dos beneficiários. (AQUINO; SCHNEIDER, 2015, p. 67)

Para esses autores, a dificuldade encontrada para o acesso ao crédito leva a maioria dos agricultores familiares, representados pela parcela mais empobrecida, a uma condição segregada na estrutura de produção do campo brasileiro. Como é o caso do PRONAF “B”, modalidade cujo valor do crédito disponibilizado pelo governo não ultrapassa R\$ 5.500,00 por ano/safra.

Segundo Aquino e Schneider (2015) percebe-se que há maior utilização do crédito do PRONAF naquelas regiões do país onde o agricultor é mais bem organizado. Dessa forma, buscar articular associação, cooperativa, bancos, assistência técnica, comércio e produtor são condição necessária ao desenvolvimento da atividade agrícola.

No município de Ilhéus, por exemplo, verificou-se o distanciamento dos produtores com relação às associações e cooperativas existentes. Estas, em contrapartida, não conseguem manter uma estrutura adequada, em razão da baixa adesão dos produtores, que agem por conta própria.

Conforme foi apresentado no Capítulo 3, as duas cooperativas mais ativas em Ilhéus, a COOFASULBA e a COOPESSBA, tem um número reduzido de filiados, o que tem relação direta com o volume de créditos captados no município por meio do PRONAF, o que pode ser verificado na Tabela 2:

Tabela 2 – Volume de recursos do PRONAF aplicados à agricultura familiar no município de Ilhéus e no estado da Bahia de 2009 a 2018

Safr	Quantidade de Contratos		Valor em R\$	
	Ilhéus	Bahia	Ilhéus	Bahia
2009/2010	283	133.201	258.643	325.665.155
2010/2011	276	143.456	464.058	351.480.225
2011/2012	293	155.766	711.291	402.820.683
2012/2013	565	242.225	1.178.727	694.784.382
2013/2014	431	217.415	1.399.850	853.415.060
2014/2015	526	247.284	2.075.563	923.187.320
2015/2016	427	232.565	1.704.356	838.220.786
2016/2017	285	153.995	979.776	604.972.883
2017/2018	220	179.832	848.699	801.265.470

Fonte: Adaptada de Banco Central do Brasil (BRASIL, 2018a).

Conforme o IBGE (BRASIL, 2018a), o município de Ilhéus possui mais de três mil propriedades rurais, sendo que 80% são consideradas pequenas propriedades. Com base nesta quantidade de propriedades conclui-se que foram realizados poucos contratos de crédito do PRONAF no município.

Mesmo sem modificar essa conclusão, observa-se, na Tabela 2, que entre os anos de 2013 e 2016 ocorreu um aumento significativo na quantidade de contratos do PRONAF, bem como a correspondente elevação do volume dos valores liberados no mesmo período.

Alguns fenômenos ocorridos em Ilhéus ajudam a compreender a baixa participação dos agricultores do município no PRONAF, bem como a oscilação

quantitativa ocorrida entre os anos de 2013 a 2016. A seguir serão descritas algumas das possíveis causas.

Como será apresentado no Capítulo 3, No ano de 2013, o poder municipal fez a implementação de políticas públicas na agricultura familiar. A execução simultânea do PAA, do PNAE e do ATER no município contribuiu para a geração de renda aos agricultores, para a sua capacitação e para melhora nos níveis de satisfação dos agricultores com a atividade.

Aliado à implementação dos programas pelo governo municipal, nesse mesmo período iniciou-se a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro Sustentável (COMDERUPES), evento que mobilizou o segmento e ampliou o debate sobre a necessidade de fortalecer o agricultor. Acredita-se que esses fatores conjugados possam ter estimulado os agricultores a investir em sua atividade.

No entanto, notou-se nos estudos que a estrutura de produção da agricultura familiar no município encontra-se fragmentada. As disputas entre grupos políticos rivais, que competem pela liderança junto aos agricultores dificulta a articulação necessária à organização da categoria.

Cabe salientar que, até o final dos anos 1980, a principal atividade econômica do município era a monocultura de cacau, em torno da qual o governo federal dispunha de linha de crédito específicas ao seu cultivo. No entanto, com a instauração de uma severa crise na cacauicultura nos anos 1990, que culminou com a decadência da lavoura, os agricultores passaram a buscar outras fontes de financiamento.

Nota-se que, atualmente, a grande maioria dos agricultores está endividada e, com restrições de crédito, segue reivindicando um “perdão” de suas dívidas pelo governo federal. Sendo assim, poucos produtores estão habilitados a captar os recursos do PRONAF.

Por outro lado, por conta do endividamento, muitos cacauicultores são obrigados a vender suas propriedades ou parte dela. Com isso, os entrantes adquirentes dessas terras estão em melhor situação financeira que os agricultores tradicionais do município.

Outra situação observada no município é que as operações do PRONAF estão concentradas no Banco do Nordeste, que não tem como atender a todos os agricultores. Verificou-se também que o Banco do Brasil foca sua atuação no atendimento à agricultura empresarial. Esses são os únicos agentes financeiros aptos a operacionalizar o PRONAF no município.

Acrescenta-se a essa realidade o fato de o PRONAF ser uma linha de crédito que não desperta o interesse das instituições financeiras, devido à baixa rentabilidade da linha. Essa situação se modifica nos pequenos municípios, cuja base econômica é a agricultura familiar.

Conforme se verifica, o volume de recursos captados anualmente pelos agricultores familiares de Ilhéus por meio do PRONAF ficou abaixo do esperado para um município desse porte.

Neste momento, algumas questões emergem como forma de entender o problema: Por que os agricultores familiares do município, mesmo aptos ao crédito, não recorrem ao PRONAF como fonte de financiamento? Pode-se afirmar que existe uma relação direta entre expectativa de produção e de lucro e a busca por crédito? A baixa adesão dos agricultores ao programa é consequência da estrutura da agricultura familiar no município?

Nota-se que existe uma insatisfação acentuada dos agricultores quanto à sua condição. Os relatos se referem à falta de apoio governamental, à desorganização e à desarticulação do segmento, à baixa representatividade, à falta de assistência técnica e à dificuldade para obtenção de lucro com a atividade.

Aliadas a esses elementos estruturais, têm-se a baixa escolaridade da maioria dos agricultores e a sua desinformação quanto aos aspectos que impactam a sua atividade, a exemplo de capacidade de produção, crédito, comercialização, lucro. Foi diante dessa conjuntura que o governo municipal fez a adesão simultânea ao PAA, ao PNAE e a ATER.

Nos próximos tópicos serão apresentados os referidos programas, abordando as suas características e o contexto da implementação deles no município de Ilhéus.

### *1.3.2 A adesão do município de Ilhéus ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*

Enquanto o PRONAF destina-se ao fornecimento de linhas de crédito ao agricultor familiar, o PAA busca amparar o produtor na comercialização de sua produção. Dessa forma, por meio deste último programa, o Poder Público das três esferas, de acordo com critérios estabelecidos, compra a produção do pequeno agricultor.

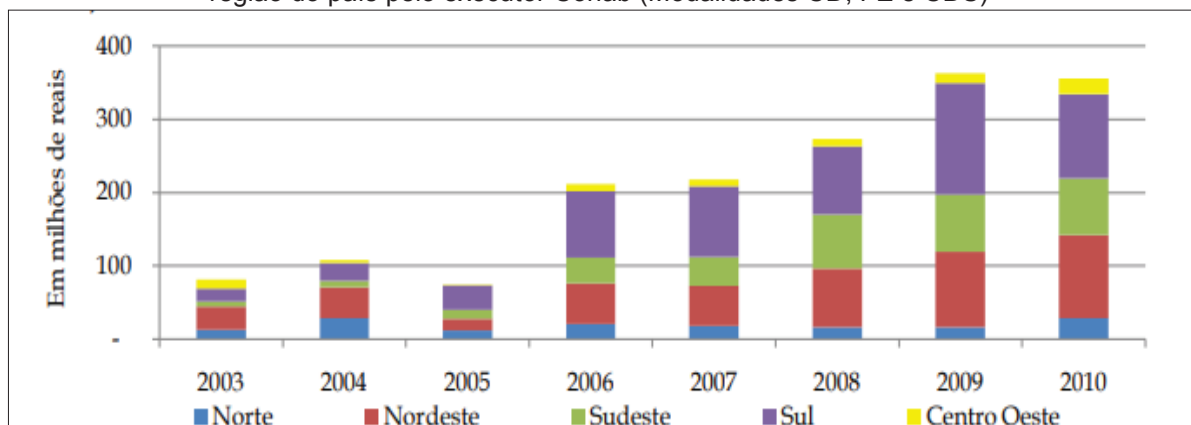
O PAA foi criado no ano de 2003, após diagnóstico feito pelo Governo Federal acerca das dificuldades enfrentadas pelo agricultor familiar para a obtenção de lucro com a atividade, uma vez que esses produtores, em sua maioria, não conseguem inserção em mercados convencionais de produção e consumo. Desse modo, instituiu-se um teto anual para que as entidades representativas dos produtores e o próprio agricultor familiar individualmente pudesse efetuar a venda às instituições públicas envolvidas.

O atendimento à demanda de mercados atomizados, cuja comercialização e o consumo ultrapassam os limites impostos pelo tempo e pelo distanciamento geográfico entre regiões, impõe aos agricultores condições que transcendem sua limitada estrutura. Nessas condições, restringem-se, na maioria das vezes, ao atendimento da demanda local, o que compromete sua rentabilidade.

Segundo Grisa e Schneider (2015), a constituição dos mercados institucionais foi uma importante medida adotada pelo Estado, com vistas ao desenvolvimento rural no Brasil. Ao viabilizar a reprodução existencial dessa comunidade nesses espaços, tal ação tem impacto direto na diminuição do êxodo rural no Brasil.

Contudo, conforme o Gráfico 1, as regiões Sul e Sudeste do Brasil foram as que mais evoluíram na captação de recursos até o ano de 2010. Apesar de a significativa evolução da região Nordeste na captação de recursos entre os anos de 2003 e 2010, o volume captado foi bastante inferior ao captado pelas regiões Centro-Oeste e Sul.

Gráfico 1 – Evolução da execução financeira do PAA: recursos aplicados no período 2003 a 2010, por região do país pelo executor Conab (Modalidades CD, FE e CDS)



Fonte: (BRASIL, 2010).



No município de Ilhéus, o PAA foi executado pela primeira vez no ano de 2006, quando a COOFASULBA conseguiu os recursos na CONAB e os disponibilizou aos seus cooperados.

Posteriormente, no ano de 2013, o programa foi implementado pelo Governo Municipal, que atendeu aos agricultores familiares do município. Dessa forma, essas duas instituições protagonizaram essa importante ação no município.

Importante observar, contudo, que, em nenhum momento, houve uma articulação conjunta entre as duas instituições que refletisse na aplicação dos recursos, conforme será discutido no Capítulo 3. As ações que ocorreram foram com base em competição política, o que contribuiu para divisões e redução dos benefícios à comunidade rural.

A despeito disso, o ineditismo da ação no município reforça a percepção do surgimento de uma nova estrutura de poder na região de Ilhéus, com o estabelecimento de um novo padrão nas relações sociais, uma vez que a atenção dada à agricultura familiar no município simboliza o rompimento com a cultura coronelista.

No entanto, a ação do governo, com a execução simultânea do PAA, do PNAE e do programa ATER, evidenciou a complexa realidade social, política e econômica ainda presente naquela sociedade. As disputas políticas e a falta de planejamento por parte do Poder Público local impediu, até o momento, a efetividade nos resultados. Por outro lado, os agricultores familiares mostraram-se desorganizados e sem condições de reagir por conta própria para a superação de determinados problemas, como desemprego, escassez de recursos, alto endividamento, desinformação, precária estrutura de produção e êxodo rural.

Foi em meio a esse quadro político e social que a agricultura familiar entrou na agenda do governo do município de Ilhéus. As motivações e os resultados alcançados serão apresentados e discutidos no último capítulo deste trabalho.

### *1.3.3 A condução do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Ilhéus: O enfoque político*

O PNAE foi criado pelo Governo Federal no ano de 2009 para atender a duas finalidades básicas: fortalecer a agricultura familiar e incluir, na alimentação escolar de crianças e adolescentes, alimentos reconhecidamente saudáveis.

Quando o município recebe mensalmente o repasse do FNDE, deve, obrigatoriamente, destinar 30% do valor recebido para a compra de produtos da agricultura familiar, para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino. O cardápio é montado observando a preferência quanto ao aproveitamento de alimentos produzidos localmente ou o mais próximo possível do município, considerando o valor nutricional dos alimentos.

A aquisição de alimentos pelo município é feita por meio de Chamada Pública. As instituições interessadas, de posse do edital, disputam entre si. O elevado valor dos contratos torna a disputa concorrida.

Em Ilhéus, nos últimos dez anos, a disputa pelos contratos do PNAE concentrou-se em torno de duas cooperativas, a saber: A COOPESSBA, vencedora das licitações entre os anos de 2013 e 2016, e a COOFASULBA, a partir de 2017. Ressalta-se que o período de ascensão das cooperativas na captação das verbas do PNAE coincide com a presença de determinado grupo político no poder municipal.

A estrutura adequada para a realização do PNAE reforça a necessidade da organização da cadeia produtiva da agricultura familiar, com o envolvimento do Poder Público, de associações, cooperativas, produtores e órgãos de assistência técnica.

Devido à falta dessa estrutura, recursos que poderiam estar beneficiando centenas de famílias no campo acabam se transformando em perda de oportunidade por não cumprir o objetivo a que foram destinados, devido às disputas políticas.

Importa ressaltar que o programa proíbe a compra de produtos processados, a exemplo dos achocolatados produzidos pelas cooperativas. A aquisição desse tipo de produto deixa dúvida quanto à origem da matéria-prima: se, de fato, foi adquirida dos agricultores familiares ou se foi fornecida pelos latifundiários capitalistas do município.

No ano de 2018, devido a um imbróglio jurídico envolvendo o poder municipal, a COOPESSBA e a COOFASULBA, as escolas municipais ficaram sem merenda escolar por um período, até que o problema foi resolvido, e o fornecimento da merenda, restabelecido.

Devido à condução isolada do PNAE em Ilhéus, não se pode afirmar que o Governo Municipal aderiu à agricultura familiar e que incluiu esse segmento em sua agenda. Na observação conjunta da aplicação com os demais programas, é que se pode proceder a uma análise.

#### 1.3.4 Assistência Técnica e Extensão Rural: o programa ATER

A assistência técnica e a extensão rural constituem-se em instrumentos indispensáveis em todas as fases da produção. Desde a obtenção do crédito, por meio do PRONAF, até a comercialização mediante o PAA ou o PNAE, o agricultor não pode prescindir de informação e conhecimento especializado.

No estado da Bahia, após a extinção da EBDA, em 2015, o serviço de assistência técnica ao agricultor familiar ficou a cargo da BAHATER. Com essa mudança, o Governo Estadual abriu mão de um quadro técnico próprio e passou a contratar, no mercado, a prestação desse serviço. Dassie (2016, s. p.) faz referência a essa mudança:

No lugar da EBDA, o governo do estado criou a Bahiater, a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural, e demitiu quase 1,2 mil funcionários, em nome de um novo modelo de gestão. Até agora, 183 prefeituras baianas fecharam convênios com a Bahiater, o que representa apenas 43% do total de municípios do estado. Fora a fragilidade atual na assistência técnica, a Bahiater ainda não conseguiu abraçar toda a estrutura da extinta EBDA. (DASSIE, 2016, s. p.)

O programa ATER consiste em uma política pública voltada para a assistência técnica e a orientação ao agricultor familiar. Sua proposta contempla valores como qualidade dos alimentos, questão ambiental, segurança alimentar, manejo de solo, entre outros.

Entre os agricultores familiares de Ilhéus, existe um sentimento de perda com a extinção da EBDA, visto que, no novo modelo adotado pelo estado da Bahia, são constatadas falhas com relação à prestação do serviço. Eles argumentam que a área é muito extensa e que, em razão da limitada quantidade de técnicos contratados, muitos agricultores não são beneficiados por esse serviço. Queixam-se também que as visitas técnicas são realizadas por profissionais desconhecidos da comunidade rural, o que não acontecia com os técnicos da EBDA, que já eram conhecidos por todos. Ademais, o Poder Público municipal não disponibilizou o serviço.

Para suprir a carência de assistência técnica, o escritório da CEPLAC, em Ilhéus, valendo-se do conhecimento incorporado em anos de pesquisa e extensão rural, presta esse serviço em determinadas regiões do município. Os agricultores destacam a importância da CEPLAC na condução desse serviço.

Conforme apresentado neste capítulo, a ação política do Estado foi decisiva na configuração do atual quadro agrário brasileiro. As políticas públicas executadas pelos governos no decorrer de cinco séculos definiram, no Brasil, um quadro social de injustiça e exclusão no campo.

Desde o regime de sesmarias, passando pela promulgação da Lei da Terra, até o período da expansão das fronteiras agrícolas, uma pequena burguesia rural exerceu o controle sobre os meios de produção. O Estado Social e Democrático não conseguiu garantir o acesso a terra à maioria da população rural.

O contexto em que foi feita a implementação do PAA, do PNAE e do programa ATER, por exemplo, derivam das consequências de um longo período em que a região de Ilhéus viveu em função da monocultura do cacau. As marcas dessa cultura ainda estão presentes, o que põe em descompasso o passado e o futuro dessa sociedade, diante da necessidade de se encontrar um novo modelo de desenvolvimento na região de Ilhéus.

Com a decadência da lavoura cacaeira, surgiram novas formas de ação política no município. Desse modo, o presente estudo se deu na perspectiva de que está em desenvolvimento em Ilhéus um novo processo de organização da sociedade.

A centralização da ação política em torno dos antigos coronéis deu espaço à tomada de consciência da sociedade, que passou a se organizar e a reivindicar direitos. Nesse contexto, o processo político no município mudou e, com isso, a ação governamental se estendeu a segmentos e atividades historicamente isolados.

No entanto, quando da análise do processo de tomada de decisão acerca da implementação dos programas e da ação governamental, verifica-se que a execução dessas políticas ocorreu num ambiente de disputas e intrigas entre as principais lideranças políticas.

Esse quadro aponta para a dificuldade do rompimento com a tradição coronelista, cujas principais características foram a pessoalidade no trato da coisa pública, as disputas políticas, a política de compadrio, o autoritarismo.

Devido à importância socioeconômica da cacauicultura para a constituição de Ilhéus, o próximo capítulo descreve o processo de formação, ascensão e declínio da lavoura de cacau no município.

Em mais de um século de intenso cultivo, perpetuou-se, na cacauicultura, as contradições e injustiças discutidas anteriormente, que dizem respeito à participação

do Estado e das oligarquias agrárias para a institucionalização do domínio dos meios de produção por uma classe.

Com base no contexto em que se desenvolveu essa atividade e nas consequências do ponto de vista social e político para o município, torna-se imprescindível a sua apresentação, haja vista a permanência nas relações sociais das marcas que a identificam.

## **CAPÍTULO 2 – PODER E DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO DE ILHÉUS: O CONTEXTO DE ADESÃO DO GOVERNO MUNICIPAL À AGRICULTURA FAMILIAR**

O declínio da lavoura de cacau na região de Ilhéus, no final dos anos 1980, criou as condições para o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico no município. O enfraquecimento econômico dos coronéis de cacau possibilitou a emergência de um novo pensamento político na região, resultado da construção e organização de uma nova sociedade civil.

O tema em questão pretende, fundamentado na história local, discutir o poder dos coronéis e a sua influência política, com vistas a identificar o rompimento com essa tradição e, em tempo, a emergência de uma nova concepção de poder e desenvolvimento nessa sociedade.

Com base nessas premissas, busca-se investigar as condições em que se deram a execução de políticas públicas na agricultura familiar no município de Ilhéus.

Por mais de um século, a cacauicultura absorveu a quase totalidade dos incentivos governamentais direcionados ao desenvolvimento da região de Ilhéus. Mesmo durante seu período hegemônico, a atividade dependeu das ações do Governo Federal para se manter lucrativa. Nesse sentido, em mais de um momento, o governo foi solicitado a intervir na atividade, seja por meio da liberação de crédito ou do fortalecimento da estrutura institucional, tanto para a produção como para a comercialização das amêndoas.

Importa mencionar que, ao passo que exerceu o domínio econômico e político da região, não permitiu que outros arranjos produtivos prosperassem, a exemplo da agricultura familiar.

Entretanto, a ação do governo municipal de executar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), a partir do ano de 2013, sinalizou uma mudança de rumo da sociedade em Ilhéus.

Um indicador desse novo momento pôde ser percebido por meio do estabelecimento de novos padrões nas relações sociais, com a superação das históricas disputas políticas pelo poder local.

Dessa forma, baseado num contexto marcado pela ascensão e queda do modelo político determinado pela influência dos coronéis do cacau, discute-se a

entrada da agricultura familiar na agenda do governo municipal. Cabe ressaltar que, mesmo em menor proporção, o cacau ainda é a principal atividade agrícola do município e a sua produção consiste em fonte de renda a todos os produtores, indistintamente, seja esse familiar ou não.

Nesse sentido, é apresentado o processo de formação da base econômica, a estrutura institucional, as relações sociais e a chegada da crise que dizimou os cacauzeiros na região de Ilhéus. Entende-se que sem essa fundamentação corre-se o risco de limitar os elementos para a discussão dessa sociedade.

Outrossim, necessário se faz, para o fim proposto, pensar as condições materiais da riqueza produzida pela classe econômica, as condições da vida urbana e suas implicações na configuração da estrutura social vigente.

A efetividade da aplicação de políticas públicas quase sempre requer uma tomada de consciência da sociedade na compreensão da importância de sua participação no processo, seja de forma individual ou por meio de representação. É com base nessas premissas que se estuda a adesão do governo municipal à agricultura familiar.

## **2.1 A formação econômica do Sul da Bahia**

De acordo com Castro Vieira (2006, p. 31), o cacau produzido no Brasil está localizado nos seguintes estados e regiões: Amazonas, Pará, Rondônia, Mato Grosso; na região Sul do estado da Bahia e no Norte do Espírito Santo.

Figura 1 – Estados brasileiros produtores de cacau



Fonte: CEPLAC (BRASIL, 2018b).

Não se sabe ao certo qual o marco inicial da chegada do cacau ao Sul da Bahia. Para Rangel (1982), a exploração econômica do cacau na Bahia iniciou-se a partir de 1860, sob o estímulo da crescente demanda do produto no exterior, devido ao aumento do consumo de chocolate na Europa.

A Capitania de São Jorge dos Ilhéus, que permanecera estagnada por quatro séculos, após tentar sem sucesso o plantio de cana-de-açúcar, café e borracha, encontrou na lavoura de cacau, na transição do século XIX para o século XX, a redenção para seu desenvolvimento econômico.

A partir de então, atraídos pela notícia da existência de um eldorado no Sul da Bahia – terra em abundância e um fruto que brotava do chão a preço de ouro –, pessoas das mais diversas índoles e intenções deslocaram-se para a região de Ilhéus, alimentada pelo sonho de ficarem ricos com o plantio de cacau. Dentre essas pessoas, Amado (1999) inclui pequenos produtores, profissionais liberais, pessoas sem ofício, andarilhos e aquelas dispostas a realizar toda espécie de trabalho, inclusive matar, roubar, trapacear. Segundo Adonias Filho (1976), essa fase, denominada de “desbravamento”, foi conduzida a “fogo, pólvora e machado”.

A época do desbravamento marca um período de grande agitação social na região de Ilhéus. Iludidos pelo desejo de riqueza, muitos se aventuraram na empreitada de adentrar a mata e conquistar o seu roçado, situação que os sujeitavam a todo tipo de ameaça, principalmente a de bando de homens armados dispostos a obedecer às ordens de coronéis truculentos e gananciosos.



Amado (1999) relata que quando esses latifundiários queriam se apropriar das terras de pequenos lavradores solicitava a um bacharel que forjasse um documento, que culminava sempre na expulsão do lavrador de sua terra, seja com resistência ou não.

Pereira Filho (1959) narra um episódio envolvendo o político, comerciante e coronel Gentil de Castro, escolhido, na época, como governador, pelos republicanos do Sul do estado:

Gentil de Castro havia tomado a deliberação de exterminar os bandeirantes do cacau. Ou abandonavam as fazendas ou deixavam de plantar cacau ou se acabariam todos eles. Para Gentil a lei era ele próprio. Os produtores tinham a informação de Gentil desfrutar do apoio do governo, por isso, faltavam-lhe escrúpulos como agia cercado de capangas armados e com certeza da tropa de Ilhéus obedecer às suas ordens, além do Visconde de Ouro Preto dar-lhe todo amparo contra os plantadores de cacau. Vários fazendeiros vieram a fazer parte da lista de eliminação que tinha em mente. Assim, várias fazendas foram invadidas, incendiadas, saqueadas, fazendeiros e trabalhadores mortos. (PEREIRA FILHO, 1959, p. 37)

A essa altura, tinha-se esgotado as possibilidades para o florescimento de uma civilização justa e desenvolvida no Sul da Bahia, devido ao clima de selvageria que se instalou na região.

Costa (2012, p. 12) explica que o desbravamento do Sul da Bahia envolveu considerável soma de recursos públicos: “O financiamento do produtor de cacau acontece com a consolidação das agências do capital comercial patrocinada pela Coroa, se constituindo como uma densa política de crédito rural”.

Ainda segundo o autor, à medida que o preço da amêndoa de cacau aumentava no mercado internacional, as diferenças entre os produtores tornavam-se cada vez maiores, pelo fato de que os latifundiários tinham mais terras e, dessa forma, com maior produção, podiam obter um maior lucro (COSTA, 2012).

De acordo com Afonso (1991), com o aumento do tamanho das propriedades (concentração fundiária), parte considerável de pequenos produtores e trabalhadores assalariados passou a corresponder o operariado exigido pela lavoura.

Observa-se que a formação econômica na região de Ilhéus, com base na monocultura do cacau, desde o final do século XIX, foi realizada com forte participação do Estado, que financiou todas as etapas, desde a posse da terra, o cultivo dos cacaueiros, até a comercialização da safra.

Repetindo-se o que já havia ocorrido com a produção de cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro, o modelo de desenvolvimento imposto pelo Estado ao Sul da Bahia contribuiu para a má distribuição de terras na região.

A disponibilidade de crédito para uma pequena oligarquia agrária estadual acarretou uma concentração fundiária, em que um pequeno número de famílias, possuidora de crédito e recursos, e mediante o uso da força, apropriou-se da maioria das terras cultiváveis.

Essa situação provocou, no decorrer do século XX, a concentração de renda e riqueza. Enquanto os latifundiários capitalistas fizeram fortuna com a exploração da atividade cacaueteira, os trabalhadores rurais permaneceram vivendo sob precárias condições de vida.

## **2.2 A consolidação da cacauicultura e o crescimento econômico do Sul da Bahia**

Credita-se o aumento da produção de cacau na Bahia, nas três primeiras décadas do século XX, ao aumento da área plantada com cacaueteiros, fato que se deu em razão do desbravamento e, também, do vertiginoso aumento do consumo de chocolate na Europa e nos Estados Unidos, uma vez que, devido à demanda, a safra tinha vazão imediata, aumentando, dessa forma, o interesse em investir na atividade.

Segundo Rocha (2008), enquanto a área cultivável ocupada por esse produto em outras regiões do país girava em torno de 10%, no estado da Bahia era de 40%, na Mesorregião do Sul Baiano, 70%, e na Microrregião Ilhéus-Itabuna, aproximadamente 90%.

Em um intervalo de trinta anos, a produção de cacau na Bahia avançou de 13 mil toneladas, em 1900, para 120 mil toneladas, em 1930. Nesse período, a produção baiana representou 95% de todo cacau produzido no Brasil, correspondendo a 43% do total das exportações do estado da Bahia.

No entanto, mesmo obtendo bons resultados, havia a necessidade de modernização da atividade, que ainda preservava as características do início dos primeiros plantios; ademais, crises na economia mundial influenciaram a lucratividade.

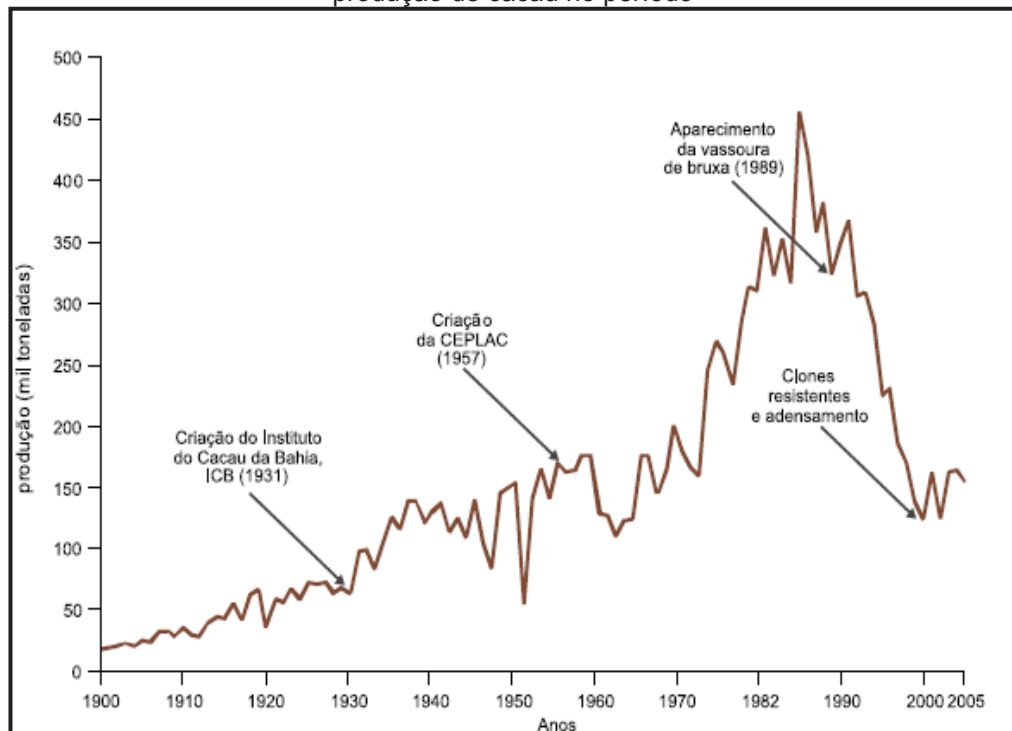
Desse modo, em diferentes ocasiões durante o século XX, o governo federal interviu na cacauicultura, ora incentivando por meio de crédito, ora criando institucionais, como o ICB e a CEPLAC, que melhoraram a estrutura da atividade.

O Gráfico 2 mostra que os incentivos disponibilizados pelo governo federal foram fundamentais para impulsionar a cacauicultura em momentos de crise. Foi assim nos anos 1930, cuja atuação do ICB proporcionou o crescimento da produção, e a partir dos anos 1950, quando a produção atingiu o seu maior nível, devido às ações da CEPLAC na área de pesquisa e assistência técnica, bem como em função do programa PROCACAU.

No entanto, nos anos 1990, conforme assinala Nascimento (2017), ocorreu a terceira grande crise na economia cacaueira baiana. A produção de cacau teve uma queda drástica por causa da incidência de uma doença conhecida popularmente como “vassoura de bruxa”, causando a perda da produção. Conforme se observa no Gráfico 2, após a infestação da doença, nos anos 1990, o nível de produção de cacau caiu drasticamente.

Atualmente, o desenvolvimento de clones de cacau mais resistentes ao vírus causador da doença tem ajudado a melhorar a produção dos cacaueiros. Contudo, o nível de produção de cacau ainda está bem abaixo do esperado.

Gráfico 2 – As intervenções do Estado na cacauicultura durante o século XX e a elevação da produção de cacau no período



Fonte: Adaptado de CEPLAC (ZUGAIB et al., 2006).

### 2.2.1 A criação do ICB

O período em que se iniciam as discussões sobre a criação do ICB é marcado por dois eventos históricos relevantes: o fim da República Velha e o choque da depressão mundial de 1929. Devido à necessidade de proteger a atividade, esses eventos conjugados provocaram a intervenção do Estado.

Segundo Fowler et al. (1978), a queda dos preços na década de 1930 fez com que os produtores parassem com a expansão do plantio; e ainda, pelo fato de muitos não conseguirem honrar seus compromissos, acabaram entrando em endividamento perene.

Para Abreu (1999), o fim da República Velha marca um período, no Brasil, em que é possível perceber um modelo de gestão em que se apresenta uma forte intervenção do Estado na economia aliada à alta proteção aos agentes econômicos. É nesse cenário de mudanças que surge o ICB.

O ICB foi criado em 1931, por intermédio do Decreto n. 7.430, de 08 de junho de 1931. Para Rangel (1982), com a criação do ICB, os produtores de cacau passaram a dispor de apoio especializado para o amparo à lavoura.

Dentre as medidas adotadas, duas importantes ações realizadas por Tosta Filho, idealizador e primeiro dirigente do órgão, se destacaram, a saber:

Em Primeiro lugar, de forma emergencial, fazer a recomposição das dívidas dos cacauicultores e seu resgate, mediante operações hipotecárias em longo prazo e juros módicos. Ademais, Tosta Filho também estava convicto de que era indispensável empreender ações permanentes destinadas a recuperar a economia cacaueteira e assentá-la sobre bases estáveis. (RANGEL, 1982, p. 14)

Chiapetti (2009, p. 46) também faz referências a essas ações:

a) carteira hipotecária, com crédito de longo prazo e juros subsidiados; b) carteira comercial que intervinha diretamente no mercado, estabelecendo normas para garantir os preços, eliminando a especulação generalizada do comércio exportador e resguardando, assim, os interesses da atividade produtiva; e também interferindo nos sistemas de engenharia do meio geográfico, com obras públicas, como: construção de estradas, de armazéns para estocagem de amêndoas, de agências de fomento, de estação experimental.

Rocha (2008) relata que os produtores enfrentavam problemas com a comercialização da safra devido às dificuldades para o escoamento da produção. Contribuíam para essa situação a falta de estradas, principalmente, e a má qualidade das vias existentes.

De acordo com Rocha (2008) o ICB representou a primeira intervenção de vulto do Estado na economia cacaueteira. Apesar das potencialidades existentes na região, que são evidenciadas nos dias atuais, a atuação desse órgão concentrou-se tão somente no melhoramento das condições para o cultivo e a comercialização do cacau.

A ênfase na questão meramente econômica, situada na conhecida lógica capitalista de “primeiramente fazer crescer o bolo pra depois repartir”, não levou em consideração a necessidade de promover a melhoria das condições de vida de um contingente enorme de trabalhadores, temporários e efetivos, das propriedades, que viviam em condições precárias.

A partir de meados da década de 1950, incentivos ainda maiores foram destinados à monocultura do cacau, o que lhe proporcionou um novo impulso, com novo crescimento da produção. Entretanto, mais uma vez, ao focar suas ações na elevação da produtividade do cacau, perdeu-se a oportunidade de fazer uma transformação social e econômica no meio rural do Sul da Bahia.

### 2.2.2 A redenção da cacauicultura no sul da Bahia: a criação da comissão executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

A implementação da CEPLAC se constitui na mais expressiva política pública executada na cacauicultura; a sua criação, nos anos 1950, coincide com o momento de estagnação produtiva e econômica da região de Ilhéus.

A criação da CEPLAC pelo Governo Federal em 20 de fevereiro de 1957 possibilitou as condições para o desenvolvimento da cacauicultura no sul da Bahia. Após a sua criação a região vivenciou um período de significativos avanços na produtividade, resultado dos trabalhos de pesquisa, assistência técnica e extensão rural.

A Figura 2 apresenta a imagem aérea da CEPLAC.

Figura 2 – Imagem aérea da CEPLAC



Fonte: (RANGEL, 1982).

Segundo Rangel (1982), um diagnóstico realizado pela CEPLAC, em 1957, elencou os problemas que mais impediam o desenvolvimento da cacauicultura na Bahia, quais sejam:

- A economia cacaueira encontrava-se imersa em profunda crise.
- Mais de 60% das plantações estavam em franco envelhecimento.
- As pragas e doenças que atacavam as plantações não eram combatidas.
- A inexistência de tratamentos culturais era patente na maioria das fazendas.
- A grande debilidade dos programas de pesquisa e experimentação representava mais um sério problema.

- Os órgãos de assistência à cacauicultura mostravam-se inoperantes.
- A tendência em longo prazo da receita de exportação do cacau afigurava-se decrescente.
- A poupança eventualmente gerada pelo cacau era investida em outras atividades.
- A inexistência de um sistema de crédito orientado para o cacau ou de serviços de extensão rural evidenciava a precariedade da assistência prestada ao produtor.
- A infraestrutura da região cacauzeira era das mais frágeis.
- A região não possuía um porto capaz de operar economicamente.
- A eletrificação rural era absolutamente nula.
- As plantações existentes foram formadas com material de baixa qualidade botânica.
- A inexistência de uma coleção mínima de variedades genéticas impedia a realização de um trabalho de melhoramento e produção de sementes selecionadas, apesar de ser a Bahia o maior estado produtor de cacau do mundo.
- A ausência de dados sobre solos, fertilidade e clima era absoluta.
- O despreparo da mão de obra, as precárias condições de vida do trabalhador rural e a desvalorização do seu trabalho predominavam na exploração cacauzeira.
- O sistema cooperativista de comercialização do cacau apresentava sintomas de total descapitalização.
- A venda antecipada da produção era prática comum.
- Os insumos necessários não eram fornecidos aos produtores, nem pelos órgãos públicos, nem pelo comércio local.
- O governo aplicava o confisco cambial sem nada devolver à economia.
- Os produtores não se congregavam por meio dos órgãos de classe.
- O cacau era considerado, nas esferas federais, um produto-problema, superado e sem futuro.
- O desânimo total e absoluto entre os produtores era constatado com amargor no Sul da Bahia.

Na visão de Chiapetti (2009), em um primeiro momento, suspeita-se que a CEPLAC foi criada para servir à burguesia do cacau, porque em seus dois primeiros anos de atuação cuidou somente de fornecer crédito subsidiado aos produtores, seja renegociando dívidas ou alongando empréstimos, sendo que “os problemas de endividamento foram solucionados e tanto os produtores como as empresas exportadoras foram beneficiadas” (CHIAPETTI, 2009, p. 49).

Passados vários anos desde a sua criação, pode-se afirmar que a CEPLAC foi a responsável direta pelas profundas transformações ocorridas na região Sul da Bahia a partir dos anos 1960. Dotada de um corpo técnico qualificado, composto por engenheiros, químicos, biólogos, economistas, administradores, arquitetos, bacharéis em direito, geógrafos, além de técnicos em agropecuária, agrimensura, nutrição, contabilidade, entre outros, esse órgão, reconhecido pela sua grandeza, foi muito além daquilo que lhe era previsto.

Em primeiro lugar, as ações da CEPLAC na área de fornecimento de crédito, assistência técnica, extensão rural, pesquisa, educação, planejamento, em contato direto com o produtor em sua propriedade ou em salas de cursos, oportunizou a oferta de um pacote tecnológico, colocando a lavoura cacaueira baiana entre as mais modernas do mundo.

A padronização da forma de cultivo, com a utilização de métodos científicos, aliado ao estudo da fauna e da flora regional, o conhecimento adquirido sobre solos e climas, a melhora no combate às pragas e doenças, proporcionou um significativo aumento na produção de cacau entre os anos 1960 e 1980.

Em outro plano, a CEPLAC contribuiu para a rendição da organização político-administrativa do Sul da Bahia. Suas ações foram efetivas para a geração de um ambiente propício ao progresso da região, conforme assevera Fowler et al. (1978):

O comportamento da CEPLAC também mostra a sua preocupação com a infra-estrutura da região cacaueira da Bahia, pela correção das deficiências que entravam o seu desenvolvimento. Trabalhando em comum acordo com diversas organizações governamentais, a CEPLAC está estimulando a organização dos setores básicos através de um sistema viário, higiene, saúde, educação (treinamento) e eletrificação rural. (FOWLER et al., 1978, p. 38)

Coincidentemente, nos anos 1960, essa região ganhou importantes equipamentos, que complementaram a estrutura da cadeia de cacau. Em Ilhéus, foram construídos o Porto do Malhado, de onde era exportada a produção regional, e



o Aeroporto Nacional Jorge Amado, evidenciando a importância e a grandeza da região no contexto baiano.

No entanto, a participação da CEPLAC na produção de idéias e propostas que influenciaram o Sul da Bahia não ecoou contundentemente para promover mudanças nas relações sociais historicamente arraigadas em Ilhéus e na região. Essa é uma das críticas dirigidas a esse órgão.

Durante o período em que atuou ativamente, a instituição presenciou, *in loco*, as condições de trabalho, educação, moradia, saúde e segurança a que eram submetidos os trabalhadores rurais e suas famílias nas fazendas de cacau. Critica-se o órgão por permitir que a produção da riqueza regional fosse realizada em um ambiente gerador de pobreza e miséria.

Na década de 1970, entusiasmado pelos resultados dos trabalhos executados pela CEPLAC, o Governo Federal deu início a um ambicioso plano, o Plano de Diretrizes para a Expansão da Cacaucultura Nacional, denominado de PROCACAU. Este previa a implantação de 300 mil hectares de novos cacauzeiros, e a renovação de outros 150 mil hectares em plantações decadentes e de baixa produtividade nos estados da Bahia e do Espírito Santo.

O projeto objetivava maximizar a produção brasileira, a fim de elevá-la a um patamar de 700 mil toneladas de amêndoas secas/ano, consolidando o Brasil como principal produtor mundial. “A partir daí, os trabalhos da organização receberam um impulso notável” (BRASIL, 2018c, s. p.).

Rangel (1982) esclarece que, na execução do PROCACAU, coube à CEPLAC:

Um trabalho intenso de pesquisa que inicialmente consistiu na seleção de clones de cacauzeiros de alta produção [...] Para posteriormente realizar os primeiros trabalhos de desenvolvimento de famílias híbridas selecionadas, visando à produção de mudas altamente resistentes a pragas e doenças e com elevado potencial produtivo. Foi com base neste pacote tecnológico que ocorreu a renovação dos cacauzeiros no sul da Bahia. (RANGEL, 1982, p. 15)

Segundo Chiapetti (2009), as condições favoráveis no mercado internacional, com a elevação do preço na Bolsa de Valores, aliado às novas técnicas de cultivo desenvolvidas pela CEPLAC, criou um ambiente propício à expansão das áreas de cultivo na década de 1970. Em dez anos de investimento, a área plantada com cacau no Brasil saltou de 392 mil hectares, em 1975, para 670 mil hectares, em 1985, como mostra a Tabela 3:

Tabela 3 – Área cultivada com cacau em 1985, no Brasil, na Bahia, no Sul da Bahia e na Microrregião Ilhéus-Itabuna (em hectares e percentagem da área cultivada total)

<b>Brasil</b>		<b>Bahia</b>		<b>Sul da Bahia</b>		<b>Ilhéus/Itabuna</b>	
ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
670.000	100	550.000	82,0	480.000	72,0	420.000	63,0

Fonte: (CHIAPETTI, 2009).

A partir de sua implementação na década de 1970 o PROCACAU deu um novo impulso à cacauicultura no Sul da Bahia. O resultado foi o aumento significativo da área plantada, aumento da produtividade e receitas, como verificado na Tabela 4:

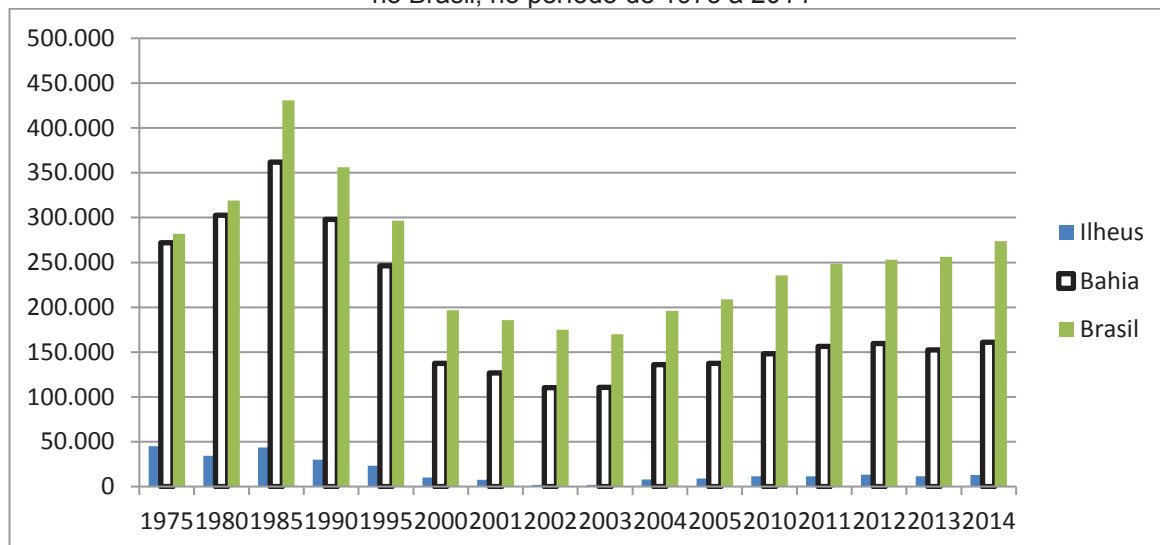
Tabela 4 – Indicadores e resultados do Programa PROCACAU (1976 a 1985)

<b>Indicadores</b>	<b>Resultados</b>
Produção	Aumento de 53,7%
Produtividade	Aumento de 28%
Volume Exportado	Aumento de 42,1%
Área Ocupada	Aumento 39%
Área em produção	Aumento de 197%
Empregos Gerados	100 permanentes e 30 transitórios (estimativa)
Receita Cambial	Aumento de 226,2 %. Entre 1977-79 gerou cerca de 2,4 bilhões de dólares. Recorde de US\$ 913 milhões em 1979/80.

Fonte: (CHIAPETTI, 2009).

Entre os anos de 1975 e 1985, a produção de cacau foi ascendente no Brasil (Gráfico 3), com destaque para o município de Ilhéus, que se tornou o maior produtor de cacau do país.

Gráfico 3 – Produção anual (T) de amêndoas de cacau no município de Ilhéus, no estado da Bahia e no Brasil, no período de 1975 a 2014



Fonte: Adaptado (IBGE, 2014).

O Gráfico 3 mostra a significativa produção de amêndoas de cacau entre os anos de 1975 e 1985, e a acentuada queda dessa produção na década de 1990. Simbolicamente, os anos 1980 marcaram dois importantes acontecimentos que impactaram a cacauicultura no Sul da Bahia. Primeiro: por volta de 1985, a produção brasileira de amêndoas de cacau atingiu seu maior nível até então, ultrapassando a produção de 400.000 toneladas de sementes, com destaque para o município de Ilhéus. Segundo: houve uma drástica queda da produção de cacau, iniciada no final dos anos 1980, em razão da incidência de uma doença, conhecida popularmente como vassoura-de-bruxa, que dizimou a produção de cacau no Sul da Bahia, levando a um longo período de recuperação da lavoura, vigente ainda nos dias atuais.

A lavoura de cacau, que até então encontrara amparo e apoio nos momentos em que esteve em crise, conseguindo manter-se competitiva, já não possui as condições suficientes para um crescimento produtivo em grande escala.

### 2.3 A constituição social e política da região de Ilhéus

Antes de apresentar o contexto em que foi gerada a crise a que está imersa a região Sul da Bahia, pretende-se demonstrar o modo como se deu as relações sociais nesse espaço. Tal demonstração se faz necessária devido à influência das forças produtivas nas decisões da sociedade.

Durante o século XX, enquanto a cacauicultura foi responsável pela sustentação econômica de Ilhéus e da região, o poder político esteve sempre centralizado na histórica figura dos coronéis do cacau.

Segundo Amado (1999), na região Sul da Bahia, coronel era um título de superioridade social, que se detinha em razão do poder econômico e político e que se manifestava em forma de autoridade. Observa-se que a emergência do coronelismo na região privou a população de participar das discussões acerca da distribuição da riqueza gerada na atividade cacauera. Para isso, os coronéis contavam com uma rede de influência em todas as esferas de poder.

Na concepção de Carvalho (1997), o coronelismo é um sistema político onde o coronel é apenas uma parte da estrutura.

Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. (CARVALHO, 1997, p. 2)

As administrações municipais, as câmaras de vereadores, os órgãos do judiciário, as entidades de classe, associações, cooperativas, todas elas, à medida que se sujeitavam a essa autoridade, impediam o livre desenvolvimento das forças sociais no seio dessa sociedade. Desse modo, à medida que tinha sua representação consolidada nos órgãos da administração pública, essa classe social beneficiava-se das ações do Estado, em mais de cem anos de próspera atividade econômica. Essa situação contribuiu para o aprofundamento da desigualdade social no Sul da Bahia.

No final dos anos 1980, a decadência econômica da região provocou o enfraquecimento político dos coronéis do cacau. A partir desse momento, as marcas impressas na sociedade, como decorrência dessa convivência, tornaram-se mais visíveis. Nesse cenário, além da pobreza, a desagregação social era uma de suas marcas.

Asmar (1987) faz uso de uma metáfora para caracterizar as marcas que identificam a cultura da região Sul da Bahia. Diz ele: “Se pudesse comparar, essa sociedade seria como um cavalete cultural, com quatro pés, quais sejam: o individualismo, o imediatismo, o utilitarismo e o conformismo” (ASMAR, 1987, p. 17).

A ausência de debates e discussões, necessários à construção de laços e vínculos sociais, no movimento natural de forças e atores sociais no pleno exercício de suas funções, em razão da existência de um poder autocrático criou dificuldades para a efetividade das políticas públicas.

A execução do PAA, do PNAE e do ATER pelo poder municipal a partir do ano de 2013 evidenciou que as decisões de cunho político ainda são tomadas com base em acirradas disputas políticas entre grupos adversários visando quase sempre o próprio proveito.

## 2.4 O contexto da crise do cacau nos anos 1990

Durante mais de um século, a cacauicultura, no Sul da Bahia, conviveu, de tempos em tempos, com algum tipo de dificuldade, sendo necessária a forte intervenção do Estado para o seu amparo imediato. Assim, em cada momento de crise, eram disponibilizadas políticas públicas específicas para retirar os produtores de sua angústia.

No final dos anos 1980, no entanto, quando ainda buscava se levantar financeiramente das perdas ocasionadas pelo baixo preço da amêndoa e da baixa produção, a lavoura de cacau foi dizimada pela vassoura-de-bruxa.

De acordo com Rocha (2008), os produtores já vinham enfrentando diversas dificuldades – irregularidade de preços, falta de chuva, competitividade com outros países –, e o aparecimento dessa doença apresentou-se como algo novo e de difícil solução.

A vassoura-de-bruxa é uma das piores doenças que atacam os cacauzeiros, chegando praticamente a dizimar lavouras inteiras, como já aconteceu em vários países da América do Sul e Central. [...] Denominado cientificamente de *Crinipellis perniciososa*, o fungo causador da vassoura-de-bruxa é facilmente disseminado pelo vento. (ROCHA, 2008, p. 79)

A partir da descoberta do primeiro foco de infestação da doença, em uma propriedade rural no município de Uruçuca, a 50 km de Ilhéus, a doença alastrou-se rapidamente por toda a região cacauzeira e, em poucos meses, a produção de cacau no Sul da Bahia estava dizimada. Celestino (2006) enfatizou a complexa situação pela qual passou a região cacauzeira:

A região cacaeira tem uma história emblemática para a Bahia, em todos os aspectos, sobretudo econômico. Riquíssima, a partir de 1989 [...] entrou em decadência levando no rastro, nada menos de 64 municípios produtores de cacau, cacauicultores, trabalhadores rurais e tradições de uma fértil civilização que nasceu à sombra dos cacauais. [...] Os produtores de cacau, empobrecidos, endividados – até em razão de um financiamento mal concebido pelo Banco do Brasil – estão indignados com o advento dos novos fatos. (CELESTINO, 2006, p. 13)

Inicialmente, devido ao pouco conhecimento que se tinha acerca da doença na região, principalmente entre os produtores, buscou-se evitar a todo custo a propagação do agente causador da doença. Porém, as práticas adotadas não conseguiram o efeito esperado em curto prazo.

Rocha (2008) explica que, a fim de evitar um colapso econômico maior na região, a CEPLAC colocou em prática, no estágio inicial da infestação da doença, diversos planos de ação, inclusive algumas medidas drásticas, como a erradicação total dos cacauzeiros da roça infectada.

Mais de três décadas de convívio com a enfermidade, a recuperação da lavoura de cacau tem evoluído timidamente. A CEPLAC desenvolveu a tecnologia de produção de clones resistentes ao fungo, sem, contudo, erradicar a infestação por completo (BRASIL, 2006).

Com a decadência da lavoura no Sul da Bahia, a produção brasileira de cacau teve uma queda drástica. A dificuldade para o controle da doença, somada ao empobrecimento dos produtores e a escassez de recursos para a revitalização da lavoura, inviabilizou, durante décadas, o plantio de novas áreas e o restabelecimento da produção. Nesse cenário caótico, para manter a produção de chocolate, as indústrias moageiras foram obrigadas a importar cacau, mesmo sob o protesto de políticos, entidades de classe e produtores. O Jornal A Tarde Rural registrou, em 2005, o desembarque de cacau no Porto de Ilhéus:

Quando o navio MV Luban, de bandeira chinesa, completou a operação de descarga de 50 toneladas de cacau procedentes da Indonésia, para a fábrica Barry Callebaut, no último dia 27 de outubro [2005] no Porto Internacional de Ilhéus, foi fechada uma década de importação, que vai continuar para suprir as unidades de moagem das indústrias de chocolate instaladas no Sul do Estado. [...] A produção nacional, pouco acima de 100 mil toneladas, não atendia à demanda da indústria interna, perto de 200 mil toneladas. (A TARDE RURAL, 2005, p. 5)

Para Nascimento (2017), o estágio atual em que se encontra a cacauicultura representa o momento da mais severa crise econômica em mais de cem anos da

existência dessa atividade no Sul da Bahia. Para o referido autor, a atual crise da cacauicultura foi responsável pelo desemprego direto de mais de 200 mil trabalhadores das propriedades rurais.

Até a chegada da vassoura-de-bruxa, mesmo com todas as dificuldades, a monocultura do cacau permaneceu como principal e quase única alternativa econômica viável na região. Nos últimos anos, no entanto, o município de Ilhéus beneficiou pequenos produtores agropecuários com a implementação de programas do Governo Federal.

A execução do PAA, do PNAE e do programa ATER pelo Governo Municipal de Ilhéus buscou amparar o agricultor familiar na comercialização de sua produção. Por meio do PAA e do PNAE, o município compra a produção desses agricultores e destina os alimentos a escolas municipais, casas de assistência social, abrigos, creches, além de disponibilizar assistência técnica especializada por meio do programa ATER.

Diante disso e considerando que esses produtores foram marginalizados no processo de desenvolvimento da região de Ilhéus, questiona-se: em que condições essas políticas públicas foram implementadas? O que motivou a adesão do Poder Público à agricultura familiar? Quem são, de fato, os beneficiados com essa ação?

Em virtude da crise econômica, as duas formas de agricultura praticadas no Sul da Bahia, a familiar e a monocultura cacauífera, estão reduzidas a um mesmo patamar socioeconômico. Contudo, mesmo enfraquecidos politicamente, os antigos coronéis mantêm influência no governo por meio da tradição familiar.

A discussão apresentada neste capítulo objetivou mostrar as profundas transformações socioeconômicas ocorridas no Sul da Bahia em função da monocultura do cacau. Para tanto, foram abordados os períodos que vão desde os primeiros plantios, a ascensão da lavoura e da produção, até o declínio da atividade.

Para a consecução do objetivo do presente estudo, cumpre compreender a ação do Governo Municipal, a fim de verificar o surgimento de uma nova concepção de poder em Ilhéus, que possa significar o rompimento com a tradição coronelista e, ao mesmo tempo, apontar para um novo padrão de desenvolvimento no município.

### **CAPÍTULO 3 – A EXECUÇÃO DO PAA, DO PNAE E DO PROGRAMA ATER NO CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE ILHÉUS**

Como pontuado no Capítulo 2, a decadência do modelo de desenvolvimento monocultor implantado na região de Ilhéus chegou ao fim por volta de 1990. Isso provocou uma enorme crise socioeconômica no município. Buscou-se também evidenciar anteriormente as consequências dessa crise na estrutura social do município. Para tanto, discutiu-se a situação de indicadores sociais, como êxodo rural, trabalho, renda e escolaridade, relacionando o quadro social vigente com os contextos de ascensão e queda da cacauicultura.

Nota-se que mudanças ocorridas nas relações sociais conferiram maior poder de decisão à sociedade, que assistiu o surgimento de novos atores e novas agendas em sua estrutura social e política. Dessa forma, agricultores familiares passaram a fazer parte da agenda do Governo Municipal. Sob esse aspecto, apresentou-se o contexto político e social em que ocorreu a execução dos seguintes programas em Ilhéus: PAA, PNAE e ATER.

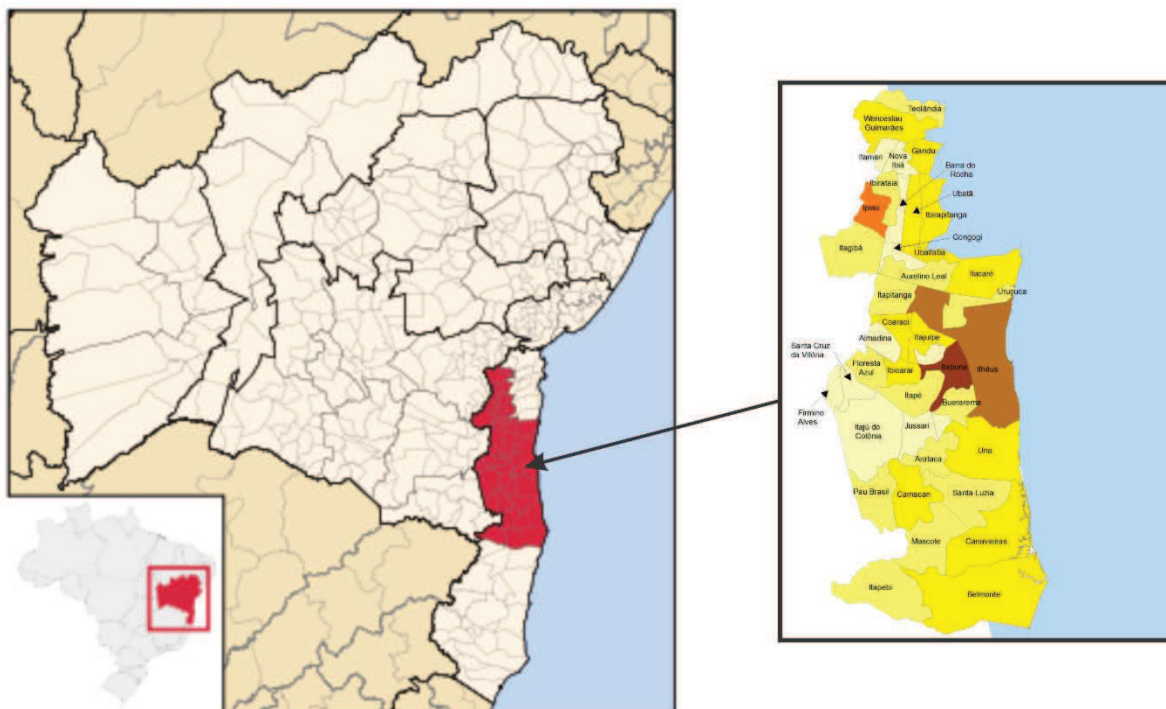
A análise das entrevistas realizadas com os atores envolvidos nessas ações demonstrou quão distante o município ainda se encontra do estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento. Em contrapartida, baseado em um novo contexto socioeconômico, marcado pelo empobrecimento dos antigos coronéis, constatou-se o surgimento de uma nova concepção de poder em Ilhéus, condição necessária ao sucesso da execução de políticas públicas e ao desenvolvimento rural no município.

#### **3.1 Caracterização socioeconômica do município de Ilhéus**

O município de Ilhéus (Figura 3) possui 184.236 habitantes (IBGE, 2010) e está localizado no Sul do estado da Bahia, na Microrregião Ilhéus-Itabuna.



Figura 3 – Macrorregiões da Bahia – em destaque a Microrregião Ilhéus-Itabuna.



Fonte: Base cartográfica SEI/IBGE, 2018 (Wikipédia; Elaborado por Alan Azevedo, adaptado pelo autor)

Com a crise na cacauicultura nos anos 1990, “estima-se que mais de 200 mil trabalhadores rurais perderam o emprego nas propriedades rurais” (NASCIMENTO, 2017, p. 23). A crise forçou os trabalhadores rurais a migrarem em massa para a cidade. Inicialmente, esse fluxo migratório ocorreu dentro da própria microrregião. As cidades que mais receberam esse contingente de desempregados foram Ilhéus, Itabuna e Porto Seguro. Esta última teve crescimento acentuado de sua periferia, em um processo de favelização.

Rocha (2008) afirma que, em Ilhéus, além de outros pontos, cresceu de forma desordenada o bairro Teotônio Vilela, com a ocupação dos manguezais no seu entorno. Segundo a autora, em Itabuna ficou mais evidente a ocupação das margens do anel rodoviário, construído para desviar o fluxo do tráfego pesado do centro da cidade com destino às BRs-101 e 415, por casebres, dando origem a uma grande favela. “Porto Seguro, uma das cidades que mais inchou após a crise da vassoura, viu nascer o bairro Baianão, quase todo ocupado por trabalhadores migrantes do cacau” (ROCHA, 2008, p. 94).

Segundo o IBGE (2018d), a população estimada no município de Ilhéus, atualmente, é de 176.341 pessoas. Na Tabela 5, são apresentados os números de

habitantes de alguns dos municípios da Microrregião Ilhéus-Itabuna nos últimos quatro censos do IBGE.

Tabela 5 – População dos municípios da Microrregião Ilhéus-Itabuna – Censo dos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010

Município	Ano			
	1980	1991	2000	2010
Almadina	9.146	10.004	7.862	6.357
Belmonte	22.556	22.070	20.032	21.798
Buerarema	24.875	20.839	19.118	18.605
Camacan	40.500	37.023	31.055	31.472
Canavieiras	42.122	33.019	35.322	32.336
Coaraci	27.412	31.064	27.852	20.964
Floresta Azul	18.436	13.940	11.614	10.660
Gandu	29.270	26.461	27.160	30.336
Ilhéus	131.456	223.750	222.127	184.236
Ipiau	39.075	45.245	43.621	44.390
Itabuna	153.339	185.277	196.675	204.667
Itacaré	13.207	18.431	18.120	24.318
Itajuípe	24.986	24.931	22.511	21.081
Pau Brasil	18.776	16.179	13.048	10.852
Una	37.601	23.757	31.261	24.110
Uruçuca	21.936	30.763	20.323	19.837
Porto Seguro	46.300	34.661	95.721	126.929

Fonte: IBGE (BRASIL, 2018d).

A dificuldade em encontrar alternativas econômicas viáveis para retirar a região dessa situação, fez com que, em um segundo momento, Ilhéus fosse um dos municípios mais impactado pelo fluxo migratório.

Na Tabela 6, observa-se que, apesar de ter uma redução de sua população rural superior a 50%, baixando de 60.002 habitantes, no Censo de 2000, para 28.955 no Censo de 2010, não houve acréscimo da população urbana em Ilhéus.

Tabela 6 – Distribuição da população urbana e rural nos municípios de Ilhéus, Itabuna e Porto Seguro nos Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010

Município	Situação do domicílio	Ano			
		1980	1991	2000	2010
Ilhéus	Urbana	80.831	144.232	162.125	155.281
	Rural	50.625	79.518	60.002	28.955
Itabuna	Urbana	137.724	177.561	191.184	199.643
	Rural	15.615	7.716	5.491	5.024
Porto Seguro	Urbana	5.725	23.315	79.619	104.078
	Rural	40.575	11.346	16.102	22.851

Fonte: IBGE (BRASIL, 2018d).

Uma das explicações para a redução populacional do município de Ilhéus pode ser encontrada nos dados sobre trabalho e renda. De acordo com o IBGE (BRASIL,

2018d), em 2015 o número de pessoas ocupadas no município era de 35.733. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 19,8%. Com relação à renda, o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo é de 40,4% (BRASIL, 2018d). Dentre os municípios da Bahia, essa situação coloca Ilhéus na 401ª posição, de um total de 417 municípios.

Na Tabela 7, são apresentadas as classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita:

Tabela 7 – Renda per capita por domicílio no município de Ilhéus no ano de 2010

<b>Classificação</b>	<b>Quantidade</b>
Até 1 salário mínimo	129.828
Mais de 1 até 3 salários mínimos	37.125
Mais de 3 até 5 salários mínimos	6.591
Mais de 5 até 10 salários mínimos	3.594
Mais de 10 salários mínimos	1.752
Sem rendimento	4.295

Fonte: IBGE (BRASIL, 2018d).

Como observado, a perda de dinamismo econômico na região Sul da Bahia, provocada pela crise na lavoura de cacau, modificou drasticamente as condições de sobrevivência da população, que não dispunha de trabalho.

Além da falta de postos de trabalho, soma-se a isso o alto índice de analfabetismo no meio rural e a baixa qualificação para o trabalho em outras atividades. No Censo do IBGE de 2000, como mostra a Tabela 8, a Microrregião Ilhéus-Itabuna apresentou a seguinte taxa de analfabetismo entre a população rural: entre os homens, quase a metade não era alfabetizada, e entre as mulheres, o percentual era de 43,06%.

Tabela 8 – População acima de cinco anos, por nível de escolaridade da Microrregião Ilhéus-Itabuna

<b>Situação do domicílio</b>	<b>Sexo</b>	<b>Alfabetização</b>	
Urbana	Homem	Alfabetizadas	267.038
		Não alfabetizadas	85.691
	Mulher	Alfabetizadas	286.279
		Não alfabetizadas	86.511
Rural	Homem	Alfabetizadas	75.794
		Não alfabetizadas	65.447
	Mulher	Alfabetizadas	67.736
		Não alfabetizadas	51.438

Fonte: IBGE (BRASIL, 2018d).

Em Ilhéus, a situação não era muito diferente. Os índices de analfabetismo no campo também eram altos, como mostra a Tabela 9. Entre os homens, o percentual era de 43%; e entre as mulheres, de 40%.

Tabela 9 – População acima de cinco anos, por nível de escolaridade, do Município de Ilhéus

<b>Situação do domicílio</b>	<b>Sexo</b>	<b>Alfabetização</b>	
Urbana	Homem	Alfabetizadas	58.422
		Não alfabetizadas	12.486
	Mulher	Alfabetizadas	62.836
		Não alfabetizadas	12.721
Rural	Homem	Alfabetizadas	15.972
		Não alfabetizadas	12.636
	Mulher	Alfabetizadas	14.864
		Não alfabetizadas	10.197

Fonte: IBGE (BRASIL, 2018d).

A despeito do crescimento econômico e da riqueza gerada na cidade de Ilhéus durante o século XX, verifica-se que a população da cidade vivia em situação de pobreza. De acordo com o PNUD (2013), o percentual de pessoas em Ilhéus, no ano de 1991, com renda familiar per capita inferior a 50% do salário mínimo era de 73,19%, como mostra a Tabela 10:

Tabela 10 – Percentual de pessoas com renda familiar per capita inferior a 50% do salário mínimo, de 1º de setembro de 1991

<b>Município</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>
Ilhéus	75,61	51,96	73,19

Fonte: IBGE (BRASIL, 2018d).

Para Nascimento (2017), a consolidação da cacauicultura no Sul da Bahia tornou esse território dependente de sua importância como gerador de riqueza e empregos por mais de um século.

Conforme Tabela 11, a partir dos anos 2000 ocorreu uma desconcentração da atividade econômica em Ilhéus, com destaque para a evolução do setor de serviços, que aumentou sua participação no PIB municipal:

Tabela 11 – PIB, por setores, do município de Ilhéus dos anos de 1980, 1991, 1996, 2010 e 2013

<b>A preço de mercado corrente (1.000.000,00 R\$ )</b>																
<b>1980</b>			<b>1991</b>			<b>1996</b>			<b>2010</b>			<b>2013</b>				
<b>AGR</b>	<b>IND</b>	<b>SEV</b>	<b>AGR</b>	<b>IND</b>	<b>SEV</b>	<b>AGR</b>	<b>IND</b>	<b>SEV</b>	<b>AGR</b>	<b>IND</b>	<b>SEV</b>	<b>AGR</b>	<b>IND</b>	<b>SEV</b>		
700	41	83	422	253	169	195	273	312	90	79	1 295	102	830	1 762		

Fonte: IBGE (BRASIL, 2018d).

O PIB por setores de produção demonstra a influência do cacau na composição do produto em Ilhéus. Observa-se que o PIB agropecuário de 1980 correspondeu a quase 80% do consolidado no município. Embora ainda presente na formação da riqueza, nota-se, a partir dos anos 1990, uma significativa redução do segmento agropecuário na constituição do PIB de Ilhéus.

A partir dos anos 1990, com a instalação de novos setores industriais, houve a elevação da participação dos setores de serviços e indústria no PIB. Em 2013, esses setores corresponderam, em média, a 60% e 25% do PIB, respectivamente. Ressalta-se que até os anos 1980, grande parte da receita desses segmentos era proveniente de atividades complementares dentro da cadeia do cacau.

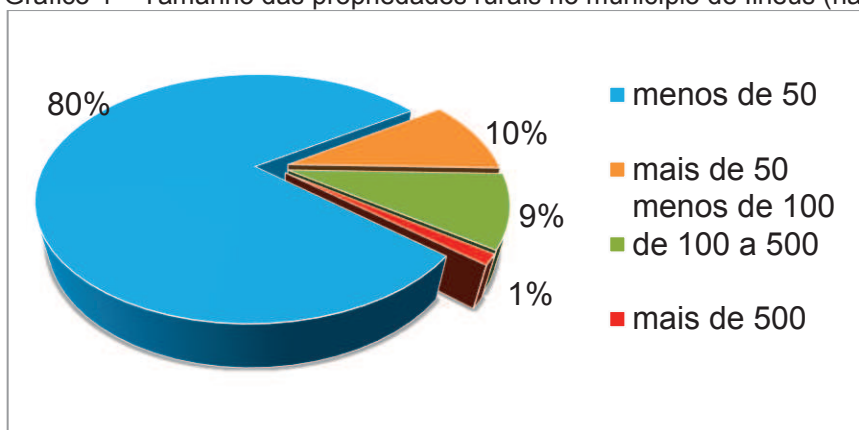
As mesmas terras utilizadas para a lavoura de cacau servem para o plantio de hortaliças, especiarias, frutas, verduras; produção suína, aviária e pecuária; turismo rural, entre outras atividades. Todas essas atividades, apesar de significativas, não encontraram condições para um crescimento econômico expressivo.

A produção agropecuária foi desenvolvida nas propriedades rurais por meio da utilização de espaços que não eram destinados ao plantio de cacau. Seu cultivo, muitas vezes, era feito pelos trabalhadores da lavoura de cacau ou por seus familiares, para o consumo próprio ou como complemento da renda da família.

Diferentemente da lavoura cacauzeira, que incorporou os progressos técnicos e os avanços da indústria química, como a utilização de fertilizantes e agrotóxicos, a agricultura familiar permaneceu estagnada.

Segundo dados do IBGE (BRASIL, 2016), existem em Ilhéus 3.346 propriedades rurais, que estão distribuídas em 1.584.693 km<sup>2</sup>. O Gráfico 4 apresenta a distribuição percentual do tamanho das unidades rurais:

Gráfico 4 – Tamanho das propriedades rurais no município de Ilhéus (ha)



Fonte: IBGE (BRASIL, 2016).

Conforme visto no Capítulo 1, é considerado agricultor familiar aquele que possui área rural de até quatro módulos fiscais, de acordo com o INCRA (2013). No município de Ilhéus, um módulo fiscal é equivalente a 20 hectares. Assim, em torno de 90% dos agricultores, no município, são familiares.

Em termos territoriais, o município de Ilhéus é constituído por distritos, vilas e povoados. Há um distrito urbano, representado pela sede do município, e oito distritos rurais, por onde estão distribuídos onze vilas e vinte e oito povoados (PREFEITURA DE ILHÉUS, 2017).

A distância geográfica de vilas e povoados da sede municipal dificulta a realização de serviços públicos e a implementação de políticas públicas, uma vez que algumas vilas e alguns povoados estão distantes 100 km da sede do governo, como é o caso das Vilas de Inema, Pimenteira e Banco Central.

Referindo-se a tal situação, Angelito Dias Filho, atual Secretário de Agricultura e Pesca do município de Ilhéus (SECOM), teceu as seguintes considerações:

A malha rural de Ilhéus é complexa e extensa. São cerca de 1200 quilômetros de estradas vicinais [...]. A Secretaria de Agricultura e Pesca já recuperou, com recursos próprios, mais de 150 km de estradas rurais, consideradas estratégicas para o escoamento da produção do campo dos pequenos agricultores de Ilhéus. Hoje, homens e máquinas já estão recuperando as extensões das estradas vicinais do Assentamento João Amazonas e de acesso a localidade agrícola de Rio do Braço. No dia 05/06/2017, as atividades de recuperação vão chegar à região do Japu. Agora em junho, no entanto, as chuvas acontecem em maior proporção e com mais regularidade; isso, naturalmente, ocasiona maior desgaste das estradas vicinais [...]. Sendo assim, o programa de recuperação só pode ser sequenciado quando forem restabelecidas as condições climáticas favoráveis para procedimentos de terraplenagem e uso de máquinas pesadas. (PREFEITURA DE ILHÉUS, 2017, s. p.)

A estrutura fundiária do município não apresenta latifúndios por extensão, estando a maior parte da produção distribuída em propriedades de até 100 hectares. Em 78,85% do território, predomina a lavoura permanente, onde se destaca o cacau; a agricultura temporária está instalada em menos de 10% do território, sinalizando que existe espaço para o crescimento da diversificação agrícola no campo, como mostra a Tabela 12:

Tabela 12 – Quantidade de estabelecimentos agropecuários no município de Ilhéus no ano de 2006 distribuída por atividade

<b>Atividade</b>	<b>Grupos de área total</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Lavoura temporária	Menos de 1 ha	10	5,9
	De 1 até menos de 10 ha	114	
	De 10 até menos de 50 ha	64	
	Mais de 50 ha	11	
Lavoura permanente	Menos de 1 ha	88	78,85
	De 1 até menos de 50 ha	2018	
	De 50 até menos de 100 ha	251	
	De 100 até menos de 500 ha	264	
	Mais de 500 ha	20	
Pecuária	Até 100 ha	240	7,79
	Mais de 100 ha	21	
Floresta	Até 100 ha	151	5,04
	Mais de 100 ha	18	
Horticultura e fruticultura	Até 50 ha	74	2,35
	Mais de 50 ha	5	
<b>Total</b>		<b>3349</b>	

Fonte: IBGE (BRASIL, 2018d).

Entre as lavouras permanentes, destaca-se à produção de cacau, que se mantém como a principal atividade agrícola do município. Contudo, observa-se a significativa evolução da produção de coco-da-bahia e banana, que aponta para uma diversificação agrícola, como evidenciado na Tabela 13.

Tabela 13 – Quantidade produzida (em toneladas) das lavouras permanentes no município de Ilhéus entre os anos de 1990 e 2014

<b>Produto das lavouras permanentes</b>	<b>Ano</b>					
	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
Banana (cacho)	604	450	117	5.800	8.000	8.000
Borracha (látex coagulado)	100	121	1.088	950	1.700	2.200
Cacau (em amêndoa)	30.000	23.388	10.137	8.987	11.520	13.019
Café (em grão)	90	60	29	345	288	320



Coco-da-baía	1.000	2.250	1.820	3.780	6.000	10.000
Dendê (cacho)	-	-	-	135	200	160
Mamão	-	-	1.386	1.200	1.620	5.040
Maracujá	-	4.200	408	325	390	600
Palmito	-	-	-	59	-	1.200
Pimenta-do-reino	-	20	-	2	25	36

Fonte: IBGE (BRASIL, 2018d).

A Tabela 14 lista a quantidade produzida das lavouras temporárias em Ilhéus. Constata-se que o município apresenta baixa produtividade no campo. Predominam a mandioca/aipim, principalmente para a produção de farinha, e a cana-de-açúcar.

Tabela 14 – Produção da lavoura temporária no município de Ilhéus entre os anos de 1990 e 2014

Produto das lavouras temporárias	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2014
Abacaxi	100	1.000	630	312	400	805
Cana-de-açúcar	10.000	18.000	-	-	-	<b>1.800</b>
Feijão (em grão)	160	5	-	-	-	28
Mandioca	28.000	44.800	5.320	7.800	6.500	<b>13.500</b>
Melancia	15	70	-	-	-	40
Milho (em grão)	33	60	-	12	40	252

Fonte: Adaptada de IBGE (BRASIL, 2018d).

### 3.2 Execução do PAA, do PNAE e do programa ATER no município de Ilhéus entre os anos de 2006 e 2017

O PAA foi implementado pela primeira vez no município de Ilhéus nos anos de 2000 pela COOFASULBA, que tem sede no município. A execução desse programa representou as primeiras ações concretas para o desenvolvimento da agricultura familiar em Ilhéus, que até então não tinha despertado o interesse dos agentes públicos.

A aquisição de produtos, como banana, aipim, mamão, verduras, frutas, polpas de frutas, hortifrutigranjeiros e pescados, proporcionou a tardia inclusão do pequeno produtor agropecuário de Ilhéus nas políticas públicas do Governo Federal. Segundo o líder comunitário Gildeon Farias dos Santos, conhecido popularmente por Dero, em entrevista ao blog do Gusmão (2014), somente no ano de 2011 a cooperativa recebeu o valor de R\$ 584 mil reais da CONAB para a compra desses produtos.

De acordo com Dero, àquele tempo existiam muita desinformação e abandono no meio rural do município. Ele citou o exemplo do Plano Safra: “O Plano Safra da Agricultura Familiar não fazia sentido para essa turma, porque eles não conheciam e nem tinham acesso” (BLOG DO GUSMÃO, 2014, s. p.).

Conforme relatado pelo entrevistado, que, inclusive, é ex-vereador do município, o apoio da cooperativa foi fundamental para o agricultor familiar melhorar sua lucratividade, pois inibiu a figura do atravessador. “O nosso objetivo era agregar os produtores para que tivessem um poder maior de negociação e, com isso, conseguir preços melhores” (BLOG DO GUSMÃO, 2014, s. p.).

As ações da COOFASULBA, no entanto, beneficiavam àquelas famílias de agricultores que eram filiadas à cooperativa, ficando a maioria dos agricultores familiares excluída dos programas. Sobre isso, Dero fez a seguinte análise:

No caso do município de Ilhéus, é preciso planejar a cada ano os nossos objetivos. Nesse planejamento, os agricultores, as cooperativas e as associações devem atuar em parceria com a CEPLAC, o EBDA e os bancos públicos. De modo geral, as políticas são eficientes, mas, precisam ser ampliadas para manter o homem no campo. (BLOG DO GUSMÃO, 2014, s. p.)

Observa-se que existia a percepção de que as políticas precisavam ser ampliadas a um número maior de agricultores. Para isso, deveria haver uma articulação entre diversas instituições. Contudo, surpreende a ausência do Poder Público Municipal entre as instituições elencadas.

A partir do ano de 2014, o Governo Municipal passou a executar o PAA com os agricultores familiares do município. A sua gestão, no entanto, ocorreu sem promover a articulação entre os mais diversos segmentos: associações e cooperativas rurais, instituições e produtores.

Segundo Vivas Costa (2016), então secretário de agricultura, o PAA foi executado pelo Governo Municipal no início do ano de 2014. Ele relatou a execução dos programas entre os anos de 2014 e 2016:

Em 2014, Ilhéus beneficiava 62 agricultores e pescadores com as ações do PAA e contava com R\$ 225 mil reais em crédito para a aquisição dos alimentos. Em 2015, este número saltou para 327 agricultores e produtores e o município passou a ter acesso ao valor de R\$ 1.384.367,73. A criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e de Pesca Sustentável de Ilhéus (Conderupes), em 2013, foi um aspecto destacado pelo secretário, que contribui para indicar políticas públicas no sentido de fortalecer esses dois setores produtivos. (VIVAS COSTA, 2016, s. p.)

Na Tabela 15, podem ser verificadas as quantidades comercializadas pelo Poder Público Municipal entre os anos de 2014 e 2016:

Tabela 15 – Quantidade de produtos comercializados no município de Ilhéus entre anos de 2014 e 2016 no PAA

<b>Produtos Comercializados</b>	<b>Quantidade (T)</b>
Abóbora	4
Aipim	30
Banana prata	50
Banana-da-terra	30
Feijão	3
Hortaliças	10
Mamão	1
Pescados	1

Fonte: Adaptada (PREFEITURA DE ILHÉUS, 2016).

No segundo semestre de 2016, a execução do PAA foi interrompida, sendo reativada após a transição política, quando a atual gestão municipal, que tem mandato até o ano de 2020, deu continuidade ao programa, a partir de abril de 2017, com o desbloqueio dos recursos.

Dias Filho, primeiro Secretário de Agricultura do novo governo, que teve início no ano de 2017, em matéria publicada no blog R2CPRESS, informou que, para o ano de 2017, o PAA contou “com recursos da ordem de 976 mil reais, beneficiando 308 agricultores familiares e 21 entidades beneficentes de Ilhéus” (DIAS FILHO, 2017, s. p.). E concluiu: “Chegamos a junho de 2017 com 52% do programa cumprido. Isso é um recorde no município” (DIAS FILHO, 2017, s. p.).

A agricultora Rita dos Santos, presidente da Associação dos Pequenos Agricultores e Moradores da região de Maria Jape, fez referência aos benefícios do programa:

Durante muitos anos acompanhei meus pais quando eles comercializavam a pequena produção na extinta feira da Avenida Dois de Julho<sup>2</sup>. Era um tempo difícil, eles produziam pouco e não existia uma expectativa de venda. Hoje, temos a parceria com a Prefeitura de Ilhéus, que adquire boa parte da safra produzida pela comunidade através do PAA. (CHAME, 2017, s. p.)

<sup>2</sup> Localizada na antiga zona portuária, no centro de Ilhéus, a Feira da Avenida Dois de Julho foi desativada nos anos 1980 e transferida para a Central de Abastecimento no Bairro do Malhado, que consiste no principal centro de comercialização de alimentos no município.

Para o agricultor Durvaci Alves, que participou pela primeira vez do programa, essa foi a melhor fase dos últimos anos: “Estava acostumado a uma perda de 30% das frutas e verduras por falta de comprador” (CHAME, 2017, s. p.). Em entrevista, ele afirmou que comercializava sua produção apenas nas feiras livres de Ilhéus.

Membro da Associação dos Pequenos Produtores de Búzios, zona sul de Ilhéus, João Celestino, de 57 anos, relatou que enfrenta diariamente dificuldades no escoamento da sua produção, em função das condições da BR-251, no trecho entre os municípios de Ilhéus e Buerarema. Sobre essa situação, ele ponderou que:

Nem todo dia os ônibus conseguem trafegar pela região. A banana é uma fruta que se estraga facilmente, perco muito dinheiro, cerca de 20 por cento do que produzo, por falta de comprador. A inclusão de meu nome na lista dos fornecedores do PAA vai muito além do que diminuir o prejuízo. Passo finalmente a lucrar. (PREFEITURA DE ILHÉUS, 2017, s. p.)

Presente ao evento de lançamento do PAA no município, no dia 06 de junho de 2017, o prefeito municipal, Sr. Mário Alexandre, disse conhecer de perto as necessidades da zona rural de Ilhéus. Referindo-se à implementação do PAA, ele fez a seguinte análise:

Trata-se da valorização do homem e da mulher do campo e, também, do reconhecimento de sua importância para a economia do município. Mas é, também, um gesto solidário e de reconhecimento às entidades que, mesmo diante dos poucos recursos que dispõem para a sua manutenção, se dedicam ao próximo, aos que mais precisam. (PREFEITURA DE ILHÉUS, 2017, s. p.)

Ao tratar da situação dos pequenos agricultores, um dos entrevistados fez a seguinte consideração:

[...] O Núcleo de Extensão da CEPLAC em Ilhéus atua diretamente junto ao agricultor familiar. Nós fazemos o enquadramento dos produtores, emitimos a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), além de prestarmos assistência técnica aos produtores. [...] O que se vê no meio rural do município é que com a vassoura-de-bruxa os trabalhadores tiveram que se organizar para não passar fome. As fazendas de cacau estão improdutivas e os trabalhadores rurais fazem parceria com o dono da terra. No caso do cacau os contratos são de três anos; o dono da terra não entra com nada; quando dá lucro ele reinicia o contrato; se a lavoura dê prejuízo ele não se responsabiliza e o trabalhador arca com tudo, é o chamado parceiro extrativista ou outorgado. (ENTREVISTADO 1, 2017)

Em sua avaliação, o Governo Estadual errou ao extinguir a EBDA e terceirizar a assistência técnica no Estado: “Hoje, as licitações são demoradas e quando ocorre

a gente não sabe quem ganhou e não conhece os técnicos, a cada ano, uma nova empresa e pessoas diferentes[...]" (ENTREVISTADO 1, 2017).

As disputas políticas envolvendo os segmentos ligados à agricultura familiar dificultaram a efetiva articulação dos agentes públicos, prejudicando, dessa forma, a mobilização necessária à construção de uma estrutura social e política duradoura.

Caso a adesão do Governo Municipal ocorresse com o objetivo direto de promover desenvolvimento do agricultor familiar, no próprio processo de construção dessa agenda, nos diálogos entre o governo, as associações, as cooperativas e o produtor, um caminho para a união seria encontrado. Contudo, observa-se que, com a execução dos programas, ocorreu a fragmentação no meio rural, o que colocou em lados opostos importantes instituições de apoio e incentivo ao agricultor familiar.

Em torno da gestão PNAE, por exemplo, verificou-se que, em Ilhéus, há uma disputa conflituosa entre as duas principais cooperativas agrícolas do município, a COOPESSBA e a COOFASULBA. A primeira executou os recursos do programa entre os anos de 2013 e 2016, e, atualmente, no novo governo, a segunda tem tido a primazia.

Ao tratar das Chamadas Públicas para o PNAE, a entrevistada 2 afirmou que:

[...] É claro, evidente que em Ilhéus as Chamadas são direcionadas. Na Chamada Pública do PNAE em 2017, um dos principais itens de avaliação dos concorrentes era a quantidade de filiados com DAP ativa em cada cooperativa. Enquanto nós tínhamos mais de 300 filiados com DAP ativa, a outra cooperativa tinha pouco mais de cem. Daí, como não conseguiram dar a vitória a eles por via legais, sugeriram e fizeram um sorteio, de onde saiu vencedora a outra cooperativa, isso tudo apesar de nossos protestos, pois o que fizeram foi ilegal. (ENTREVISTADA 2, 2018)

A entrevistada 2 pontuou ainda sobre a falta de estrutura do Governo Municipal para a gestão dos programas. Segundo ela, na transição política, em janeiro de 2017, o novo governo deixou de honrar compromissos da gestão anterior:

[...] Eles aproveitaram que em 2017 a gente perdeu a vaga e, aí não nos pagou. Nós entramos na Justiça, mesmo assim, ainda tão enrolando até hoje. Eles alegam que não ficou dinheiro na conta; só que a verba é federal, é do FNDE, é coisa certa, cai na conta todo mês. (ENTREVISTADA 2, 2018)

Em sua avaliação, os programas são ótimos. "O PNAE municipal é um programa muito bom, o único problema desse programa são os entraves com relação

à prefeitura e o produtor; tipo, os gargalos de prefeitura mesmo, como dificuldade para fazer o pagamento” (ENTREVISTADA 2, 2018).

Apesar de uma avaliação positiva sobre os programas, essa entrevistada teceu seguintes críticas com relação à estrutura municipal:

[...] No período que participamos, entre os anos de 2014 e 2016, demoravam de 30 a 40 dias para pagar; na verdade, já chegou há ficar dois meses para receber um pagamento. Soma-se a isso o fato de que realizar as entregas nas escolas de Ilhéus é superdifícil, porque o território é muito extenso, grande; os programas são ótimos, o problema é equacionar cem por cento. (ENTREVISTADA 2, 2018)

O PNAE é operacionalizado no município pela SEDUC, que tem a incumbência de montar o cardápio alimentar e orientar o processo licitatório. Entre os anos de 2014 e 2016, foram realizadas três licitações para o atendimento de 20.500 alunos, distribuídos entre as 117 escolas municipais. A Tabela 16 apresenta os valores licitados:

Tabela 16 – Valores licitados para o PNAE no município de Ilhéus entre os anos de 2014 e 2018

<b>Chamada Pública</b>	<b>Data Publicação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
01/2015	11/04/2015	633.222,20
40/2015	09/06/2015	2.051.777,22
37/2016	22/06/2016	1.641.161,26
18/2017	31/03/2017	4.040.747,45
01/2018	03/05/2018	2.745.204,00

Fonte: Adaptada (PREFEITURA DE ILHÉUS, 2018).

Ao observar a forma como se dá a relação das cooperativas com o Poder Público local, infere-se que, a despeito do rompimento com a tradição coronelista, a práxis política em Ilhéus ainda ocorre com base no favorecimento a apadrinhados. Nos relatos dos agentes das cooperativas, nota-se, quase sempre, certa relação de proximidade com o governo.

As políticas públicas, como o PNAE e PAA, são de grande incentivo para o agricultor familiar. Os agricultores se sentem motivados a produzir mais, por ter a garantia da safra, com preço e quantidade. A gestão municipal anterior se mostrou apta e executou as políticas. Hoje temos o COMDERUPES (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro) ativo na cidade de Ilhéus, este qual atua de maneira plural, democrática e fiscal, que existe para não só apenas ajudar, mas também levar conhecimento e empoderar o campo. Diante disso, sobre a atuação da nova gestão de Ilhéus não podemos discernir sobre muitos mais, apenas dizer que sempre somos otimistas e que

hoje com o conselho sentimos a sociedade civil também atuante no processo. (ENTREVISTADA 2, 2018)

Conforme se apurou, tal percepção pode ser justificada pela inexistência de uma estrutura social autônoma baseada na ação espontânea dos membros da sociedade. Em razão da incompletude na construção de elos e vínculos sociais, impera, nessa sociedade, a dependência, a insatisfação e a desconfiança dos produtores quanto aos resultados alcançados, conforme relatos a seguir.

Durante o 1º Encontro COOPESBA de agricultura familiar, realizado na UESC, no dia 03 de abril de 2018, em Ilhéus, uma agricultora familiar fez a seguinte declaração:

[...] [nome ocultado] foi à nossa comunidade e falou de uns projetos, do PNAE, e ela pegou o nome de algumas pessoas, pegou a DAP, ela fez o cadastro, tanto para o PAA cacau, quanto para o PNAE [...]. Só que algumas pessoas da minha comunidade não levaram muito a sério, e, aí, ela tentou várias vezes; foi várias vezes na Associação e aqueles que fizeram o cadastro todos vendem na COOPESSBA [...]. Quando ela faz o pedido dos produtos, porque na COOPESSBA não é igual ao PAA da prefeitura, porque no PAA nós temos R\$ 6.500,00 pra vender e levamos tudo que a gente tem. Na COOPESSBA é diferente: a gente leva e vende aquilo que a escola pede. Então, nem tudo que a gente tem eles podem pegar e muitas vezes os agricultores lá da minha comunidade reclamam: 'Porque a COOPESSBA não pega tudo e o PAA pega tudo que planto na minha roça? Do maxixe ao aipim, o PAA pega'. Mas agora o PAA da prefeitura tá parado, mas a COOPESSBA nunca deixou de pegar; eles nunca deixaram de comprar o nosso cacau. (ENTREVISTADA 3, 2018)

Segundo a Entrevistada 3, o Governo Municipal não sabia quando receberia os recursos para o PAA. Em sua avaliação, sempre falta algo, pois “[...] se mistura política nos projetos”. E continuou:

[...] A secretaria de agricultura do município (SEAGRI) ficou sem secretário muito tempo. No início do governo, em 2017, colocaram alguém interinamente, mas os projetos ficaram parados. Nesse ano, em 2018, já sabemos que houve redução dos recursos, e o PAA só vai cadastrar 200 produtores. Eles informaram que nessa situação somente vai ser liberado R\$ 3.000,00 por produtor, metade do que foi pago em anos anteriores. (ENTREVISTADA 3, 2018)

Para ela, a SEAGRI deveria visitar os agricultores para realizar o cadastramento. Porém, o que vem acontecendo é isto: “[...] quando a política entra, os critérios de seleção dos produtores são outros; daí quem produz e tem diversidade muitas vezes fica de fora” (ENTREVISTADA 3, 2018).

Para um dos entrevistados, também agricultor familiar, o PAA municipal tem de voltar a funcionar porque o programa auxilia o agricultor. Segundo ele, “A mercadoria já vem com entrega certa, evita de o agricultor ter que ir pra feira vender [...]” (ENTREVISTADO 4, 2018).

Esse entrevistado planta cacau, banana, mandioca, cupuaçu. Por meio da COOFASULBA fez, recentemente, curso de hortaliça e poda, e recebeu doação da cooperativa de mudas de cacau para o plantio.

De acordo com outro produtor entrevistado, o agricultor familiar em Ilhéus necessita de crédito e assistência técnica: “[...] A gente vai ao Banco e o crédito que disponibilizam é irrisório, não dá pra lavoura; nessas condições, o produtor que pegar não vai botar na roça, vai é matar a sua fome” (ENTREVISTADO 5, 2018).

Conforme o entrevistado 6, produtor rural e filiado à COOFASULBA, o agricultor vai “se virando” como pode: “Eu planto cacau, cana, mandioca e coco. Também compro pinto, faço engorda e cria e vendo ovos e carne; como não posso contratar, um vizinho me ajuda e a gente racha a produção [...]” (ENTREVISTADO 6, 2018). Para ele, ou o produtor planta ou comercializa; não dá pra fazer os dois. “Nesse sentido, o PAA ajuda muito, resolve uma das maiores dificuldades do agricultor, sem falar nas perdas, pois no PAA o nosso lucro é bem melhor” (ENTREVISTADO 6, 2018).

Tal necessidade é também apontada por outro agricultor familiar: “[...] planto banana, jiló, maxixe, milho, aipim e mandioca. Todo sábado e domingo preciso deixar a roça e ir para a feira vender meus produtos [...]” (ENTREVISTADO 7, 2018).

Observa-se que os relatos dos produtores apontam para os mesmos problemas: falta de estrutura na gestão dos programas, desinformação, flagrante desarticulação entre os agentes envolvidos – cada um agindo por conta própria – e desconfiança nas relações sociais que envolvem esse processo.

A criação do COMDERUPES, por exemplo, foi uma ação que contribuiu para provocar mais divisões no meio rural. O conselho foi instituído em dezembro de 2013, por meio da Lei n. 3.689, sendo sancionado pelo prefeito municipal naquele mesmo ano (PREFEITURA DE ILHÉUS, 2013). É composto por representantes de associação de moradores, colônias de pescadores, pequenos agricultores, comunidades indígenas, assentados, entre outros segmentos do interior.

Para um dos entrevistados, o Governo Municipal errou em criar o COMDERUPES, pelo fato de existir o CONDECORI.



O COMDERUPES foi criado pelo Governo Municipal com a alegação de que o CONDECORI era simplesmente um fórum de discussão sem legitimidade para atuar como Conselho; porém, desde a criação do COMDERUPES, que ainda não está homologado, temos esta divisão. (ENTREVISTADO 8, 2018)

O entrevistado 1 acredita que o Governo Municipal deveria fortalecer as cooperativas e as associações do município, em vez de ir comprar direto do produtor rural. Para ele, “deveria ser um mercado mais justo, onde todos pudessem participar [...]” (ENTREVISTADO 1, 2017).

Segundo a entrevistada 2, o CONDECORI é um fórum que abrange somente os produtores rurais; pescadores e marisqueiros, por exemplo, não participam. Para ela, esse Conselho é mais plural e representativo (ENTREVISTADA 2, 2018).

Diante do exposto, ressalta-se que a discussão proposta buscou apresentar a estrutura da agricultura familiar em Ilhéus. Neste sentido, foram observadas as circunstâncias que envolveram a execução de políticas públicas pelo Governo Municipal.

Conforme se observou, a adesão do município à agricultura familiar ocorreu em um contexto de acirradas disputas políticas entre os agentes públicos envolvidos. Ao invés de significar um fim em si mesmo, vislumbrando o bem comum dessa comunidade rural, as ações quase sempre são conduzidas como um meio de se obter algum benefício eleitoral.

Diante disso, acredita-se que as ações dos agentes públicos se destinaram a beneficiar preferencialmente aqueles agricultores familiares mais próximos do núcleo político do poder municipal. Portanto, dependendo do grupo político no poder, determinados agricultores familiares terão mais privilégios com as políticas públicas.

Desse modo, entende-se que a adesão do governo municipal à agricultura familiar foi marcada pela permanência das contradições nas relações sociais entre o poder público e a sociedade. Nesse sentido, prevaleceu a desarticulação, a falta de diálogo entre os agentes públicos, a estrutura social fragmentada dos agricultores, a desorganização e a desinformação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista os aspectos observados com relação à situação da agricultura familiar em Ilhéus, e considerando a estrutura agrária do país e o contexto político e econômico em que foi formada a sociedade ilheense, algumas ponderações são necessárias.

De acordo com o que foi apresentado, existem, em Ilhéus, três instituições que atuam na execução de programas de agricultura familiar: a prefeitura municipal, a COOPESBA e a COOFASSULBA. Nesse contexto, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é executado por essas instituições. Contudo, o governo municipal se destacou na execução deste programa entre os anos de 2013 e 2018.

Ao se referirem a esse programa, os agricultores familiares mostraram-se satisfeitos com os resultados da sua execução, porque, conforme relataram, perceberam a melhora da margem de lucro em sua atividade. Reclamaram, porém, da seletividade na escolha dos agricultores beneficiados.

Pontua-se que a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é realizada pelo governo municipal. Entre os anos de 2013 e 2018 a COOPESBA e a COOFASSULBA empreenderam acirradas disputas pelos recursos desse programa. Apesar de o PNAE ser aplicado por meio do instrumento público de licitação, os dirigentes das cooperativas deixaram a entender que o resultado do pregão é direcionado para aquela afinada politicamente com o governo municipal. Quando isso ocorre, apenas um pequeno grupo de agricultores será contemplado com os recursos durante os quatro anos daquele governo.

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) mostrou-se bastante deficitário no município. Apesar de ser uma exigência a sua execução conjunta com o PAA e o PNAE, tanto o governo municipal como as cooperativas não demonstraram ter estrutura suficiente para esse atendimento.

Como constatado, esses programas são executados com base em acirradas disputas políticas entre as três instituições envolvidas. Os resultados desse embate estão refletidos na frágil estrutura apresentada pela agricultura familiar no município.

Nesse contexto, as associações, as cooperativas, o governo municipal e o próprio agricultor familiar não conseguem, muitas vezes, chegar a um entendimento sobre questões básicas, a exemplo da criação do conselho rural do município. Diante disso, ficou evidente que as decisões sobre os programas são definidas baseadas no interesse de grupo políticos no poder.

A par de todas essas considerações, nota-se a continuidade das contradições que permearam as relações sociais no decorrer do século XX no município de Ilhéus, nos tempos áureos da cacauicultura. Desse modo, a implementação das políticas públicas deveria significar algo mais do que a simples adesão do Governo Municipal à agricultura familiar; significando a construção coletiva de uma nova concepção de poder em Ilhéus.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. Brasília: Fipe/ Ipea, 1999. (Texto para Discussão n. 641).
- ABREU, L. S. Uma análise crítica sobre a definição e classificação do público do PRONAF. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Ed.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000.
- ABREU, M. de P. **A economia brasileira de 1930-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- ADONIAS FILHO. **Corpo vivo**. 15. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.
- AFONSO, J. M. **O Sabor Amargo do “Manjar dos Deuses”**: estudo sobre as formas de subordinação da pequena produção familiar ao capital na Mesorregião Sul Baiano. Ilhéus-BA: Universidade Estadual de Santa Cruz, 1991.
- AMADO, J. **São Jorge dos Ilhéus**. 52. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- AQUINO, J. R. de; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- ASMAR, S. R. **Economia da microrregião cacaeira**. Itabuna-BA: Colorgraf, 1985.
- \_\_\_\_\_. **No país do cacau**. Itabuna-BA: Colorgraf, 1987.
- A TARDE RURAL. **Brasil importa cacau há mais de 10 anos**. Salvador, 7 nov. 2005.
- BLOG DO GUSMÃO. **Em entrevista, o vereador Dero destaca a importância da COOFASULBA e da feira de agricultura familiar**. 2014. Disponível em: <<http://www.blogdogusmao.com.br/v1/2014/06/25/em-entrevista-o-vereador-dero-destaca-a-importancia-da-coofasulba-e-da-feira-de-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- BRASIL. **Balço da avaliação da execução do Programa de Aquisição de Alimento – PAA 2003 a 2010**. Dez. 2010. Relatório descritivo. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi\\_paa\\_geral/documentos/BALANCO%20E%20AVALIACAO%20GRUPO%20GESTOR%20DO%20PAA%20versao%2024-02-11.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/documentos/BALANCO%20E%20AVALIACAO%20GRUPO%20GESTOR%20DO%20PAA%20versao%2024-02-11.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2018.

BRASIL. **Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira**. 2006. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/Noticias/200606/not00315.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2009. Disponível em: <[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil\\_2006/tab\\_brasil/tab9.pdf](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/tab_brasil/tab9.pdf)>. Acesso em: 9 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2018a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ilheus/panorama>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Mercado do cacau**. 2018b. Disponível em: <[www.ceplac.gov.br/radar/mercado\\_cacau.htm](http://www.ceplac.gov.br/radar/mercado_cacau.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento. **Melhora da produtividade é responsável por 80 % do crescimento da agropecuária**. 2018c. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/melhora-da-produtividade-e-responsavel-por-80-do-crescimento-da-agropecuaria>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2018d. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1613#resultado>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapas**. 2010. Disponível em: <<http://www.estatgeo.ibge.gov.br/mapa/mapa.html?nm6=1&ni=6&ui=2913606&nz=6&uz=2913606>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários, por condição legal do produtor em relação às terras, sexo do produtor, grupos de atividade econômica e grupos de área total**. 2016. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=787&u=2491&z=t&o>>.

\_\_\_\_\_. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Tabela com módulo fiscal dos municípios. 2013. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>>. Acesso em: 03 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 jul. 2006.

CARVALHO, H. M. O oligopólio na produção de sementes e à tendência à padronização da dieta alimentar mundial. In: CARVALHO, H. M. (Org.) **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CASTRO VIEIRA, J. R. **Região Cacaueira da Bahia: Idéias ainda presentes**. Ilhéus-BA: Fábrica do Livro, 2006.

CELESTINO, S. Sul da Bahia Perplexo. **A Tarde**, Salvador, ano 94, n. 31850, p. 13, jun. 2006.

CHAME, R. R. **Prefeito de Ilhéus destaca importância da aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar**. 2017. Disponível em: <<http://www.r2cpres.com.br/v1/2017/05/31/prefeito-de-ilheus-destaca-importancia-da-aquisicao-e-distribuicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

CHIAPETTI, J. **O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado**: transformações e permanências na região cacauera da Bahia. 2009. 201 f. Tese (Doutorado em Geografia, Organização do Espaço) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2009.

COSTA, F. M. **Políticas Públicas e atores sociais na evolução da cacauicultura baiana**. 2012. 203 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, F. M.; SOARES, N. S. **Cacau: riqueza de pobres**. Ilhéus-BA: Editus, 2016.

D'AGUIAR, R. F (org.). **Essencial Celso Furtado**. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

DASSIE, C. **Assistência técnica rural está em crise na Bahia**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/03/assistencia-tecnica-rural-esta-em-crise-na-bahia.html>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

DIAS FILHO, A. **Estrada do assentamento João Amazonas e Rio do Braço são recuperadas**. 2017. Disponível em: <<http://www.ilheus.ba.gov.br/detalhe-da-materia/info/estradas-do-assentamento-joao-amazonas-e--rio-do-braco-sao-recuperadas/59329>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Prefeito de Ilhéus destaca a importância da aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar**. 2017. Disponível em: <<http://www.r2cpres.com.br/v1/2017/05/31/prefeito-de-ilheus-destaca-importancia-da-aquisicao-e-distribuicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

FARID, J. **Agricultor tem baixo nível de escolaridade, aponta IBGE**. 2009. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,agricultor-tem-baixo-nivel-de-escolaridade-aponta-ibge,443486>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

FOWLER, R. L. et al. **Cacau: história e evolução no Brasil e no Mundo**. Ilhéus-BA: CEPLAC, 1978.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é a questão agrária**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das idéias. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

INSTITUTO NOSSA ILHÉUS. **Mapa território Ilhéus**. 2016. Disponível em: <<http://www.nossailheus.org.br/nossa-ilheus/mapa-territorio-ilheus/>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MARTINE, G. **Questão agrária, hoje**. 1991. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451991000100003&utm\\_source=blog&utm\\_campaign=rc\\_blogpost](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000100003&utm_source=blog&utm_campaign=rc_blogpost)>. Acesso em: 5 nov. 2017.

MELO, N. A. Do Complexo rural à modernização agrícola brasileira: A modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural – uma análise do Programa Vilas Rurais no Norte do Paraná. **Revista GeoAtos**, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 58-76, jan./jun. 2011.

MIRA, E. C. **Mudança institucional e reconversão produtiva no Sul da Bahia**. 2013. 215 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MULLER, G. Agricultura e industrialização do campo no Brasil: duas agriculturas e uma tendência. **Revista de Economia Política**, v. 2, n. 6, abr./jun. 1982.

NASCIMENTO, V. A. **As relações sociais e econômicas da nova parceria nas commodities agrícolas**. Curitiba-PR: Editora CRV, 2017.

PALERMO, T. **Agronegócio brasileiro**: o modelo que deu certo. *Gazeta do Povo*. 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/colunistas/tatiana-palermo/agronegocio-brasileiro-o-modelo-que-deu-certo-43wxb8ak7be9jvwxyqv00pi0x>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

PEREIRA FILHO, C. **Ilhéus, Terra do Cacau**. Rio de Janeiro: Andes, 1959.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013.

PORTAL G1. **PIB brasileiro cresce 1,0% em 2017, após 2 anos de retração**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/pib-brasileiro-cresce-10-em-2017-apos-2-anos-de-retracao.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

PREFEITURA DE ILHÉUS. 2016. Disponível em: <[http://www.ilheus.ba.gov.br/bus\\_ava.aspx?search=agricultura%20familiar](http://www.ilheus.ba.gov.br/bus_ava.aspx?search=agricultura%20familiar)>. Acesso em: 22 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Estradas do Assentamento João Amazonas e Rio do Braço são recuperadas**. 2017. Disponível em: <<http://www.ilheus.ba.gov.br/detalhe-da-materia/info/estradas-do-assentamento-joao-amazonas-e--rio-do-braco-sao-recuperadas/59329>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.689, de 12 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro Sustentável - CMDRPS de Ilhéus, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de Ilhéus**, Ilhéus, BA, 12 dez. 2013.

RANGEL, J. F. **CEPLAC: cacau, desenvolvimento e participação**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura, 1982.

ROCHA, L. B. **A região cacaeira da Bahia: dos coronéis à vassoura-de-bruxa; saga, percepção e representação**. Ilhéus-BA: Editus, 2008.

SAMPAIO, P. de A. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. C.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2004.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **O que é a agricultura familiar**. 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Evolução histórica do PRONAF**. 2018. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/evolu%C3%A7%C3%A3o-do-pronaf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VIVAS COSTA, S. A. **Secretário Municipal de Agricultura e Pescado município de Ilhéus**. 2016. Disponível em: <[http://www.ilheus.ba.gov.br/Materia\\_especifica/6500](http://www.ilheus.ba.gov.br/Materia_especifica/6500)>. Acesso em: 10 nov. 2017.



WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: Uma historia de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, 2014.

ZUGAIB, A. C. C. et al. **Mercado de cacau**. Disponível em: <<http://ceplac.gov.br/radar/mercadodecacau.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AO PRODUTOR RURAL****Formulário 1****Entrevistado:**

- Produtor rural
- Representante de associação/Cooperativa
- Secretário municipal
- Outros.....

**Sexo:**

- Feminino
- Masculino

**Idade:**

- 18 a 25 anos
- 26 a 40 anos
- 41 a 55 anos
- Mais de 56 anos

**Escolaridade:**

- Sem escolaridade
- Fundamental incompleto
- Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Superior incompleto
- Superior completo

**Situação da propriedade:**

- Própria
- Meeiro
- Arrendada
- Outros: .....

Quantidade pessoas que moram na propriedade rural: .....

Quantidade de pessoas da família que trabalham na propriedade rural: .....

Você possui trabalhador contratado ou empregado formal na propriedade:

( ) Sim

( ) Não

Quantidade de pessoas da família que trabalham de carteira assinada: .....

Quantidade de pessoas da família com emprego fixo: .....

**Renda média familiar na propriedade:**

( ) Abaixo de 1 salário mínimo.

( ) De 1 a 3 salários mínimos.

( ) De 4 a 6 salários mínimos.

( ) Acima de 7 salários mínimos.

**A produção da propriedade:**

( ) Sim

( ) Não

Produção anual: .....

Área plantada: .....

Com exceção do cacau, qual lavoura permanente cultiva: .....

Produção anual: .....

Área plantada:.....

Qual/Quais as **lavouras temporárias** que cultiva:.....

Produção: ..... Área plantada.....

Produção: ..... Área plantada.....

Produção: ..... Área plantada.....

**Pecuária:**

( ) Sim

( ) Não

**Possui rebanho bovino:**

( ) Sim

( ) Não

Quantas cabeças: .....

Quantos animais abate/ano:.....

**Produção de Leite:**

( ) Sim

( ) Não

**Faz ordenha de vacas na propriedade:**

( ) Sim

( ) Não

Quantas cabeças possui: .....

Qual a produção diária: .....

**Rebanho suíno:**

( ) Sim

( ) Não

Quantas cabeças: .....

Quantos animais abate/ano.....

**Aves:**

( ) Sim

( ) Não

**Cria aves:**

( ) Sim

( ) Não

Qual/Quais:.....

Quantas cabeças possui:.....

**Comercializa os animais:**

( ) Vivos

( ) Abatidos

**Tem produção de pintos:**

( ) Sim

( ) Não

Qual a produção anual: .....

**Produz ovos:**

( ) Sim

( ) Não

Qual a produção anual:.....

**Quais máquinas e equipamentos possui:**

( ) Roçadeira

( ) Trator

( ) Arados

( ) Colheitadeira

( ) Pulverizadores

( ) Equipamentos de irrigação

( ) Ordenha mecânica

( ) Outros:.....

**Faz parte de alguma Associação ou Cooperativa agrícola no município:**

( ) Sim

( ) Não

Quais:.....

**Participa de algum Programa desenvolvido pela associação ou Cooperativa:**

( ) Sim

( ) Não

Qual o Programa:.....

**Possui alguma assistência dessas Instituições:**

( ) Sim

( ) Não

Qual:.....

**Onde comercializa seus Produtos:**

.....

**Possui DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF):**

( ) Sim

( ) Não

Você já realizou alguma Operação Crédito da linha do PRONAF junto às Instituições Financeiras:

( ) Sim

( ) Não

Participa de Programas desenvolvidos pela prefeitura Municipal a exemplo do PAA, PNAE, ATER, outros:

( ) Sim

( ) Não

Quais os produtos que fornece: .....

**Já foi atendido pela Assistência Técnica da Prefeitura:**

( ) Sim

( ) Não

Qual sua satisfação com esses Programas para agricultura familiar desenvolvidos pela Prefeitura Municipal:

- ( ) Muito satisfeito
- ( ) Satisfeito
- ( ) Pouco satisfeito
- ( ) Insatisfeito

Por quê? .....

Como pode melhorar:

.....

.....

.....

.....

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AO PODER PÚBLICO

### Formulário 2

Abordagens:

1. Quantidade de famílias cadastradas/atendidas pelos programas.
2. Como é feito a seleção e o cadastramento dos produtores.
3. A estrutura da prefeitura para o atendimento de cada programa.
4. Volume de recursos disponibilizados e os valores disponíveis para o ano de 2018.
5. O que se objetiva com a implementação dos programas.



## **APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS REPRESENTANTES DE ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS**

### **Formulário 3**

Abordagens:

1. Perfil dos filiados a instituição: Quem/como são os produtores representados.
2. Como a instituição participa dos programas; qual seu papel.
3. Verificar o nível de satisfação.
4. Colher opiniões e sugestões para a melhora do processo.
5. Nota algum favorecimento.
6. Como o processo pode melhorar.